



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Julie Kelly Araujo da Silva

**Território usado, urbanização e patrimônio-territorial na Candangolândia,
Distrito Federal**

Brasília
2020



Território usado, urbanização e patrimônio-territorial na Candangolândia, Distrito Federal

Julie Kelly Araujo da Silva

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau em Licenciatura e Bacharel no curso de Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa.

Brasília

2020

Julie Kelly Araujo da Silva

**Território usado, urbanização e patrimônio-territorial na Candangolândia,
Distrito Federal**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau em Licenciatura e Bacharel no curso de Geografia.

Banca Examinadora

Dr. Everaldo Batista da Costa
(Orientador – Departamento de Geografia da UnB)

Dra. Katia Lozano Uvario
(Avaliadora – Departamento de Geografia, Universidade de Guadalajara, México)

Dra. Eloísa Pereira Barroso
(Avaliadora – Departamento de História da UnB)

Dr. Adriano Bittencourt Andrade
(Avaliador – Ministério da Defesa/CMB)

Aprovado em 08 de Dezembro de 2020.

Brasília

2020

Ao meu querido avô e eterno pioneiro de Brasília, José Pimentel.

AGRADECIMENTOS

Chego, então, à reta final da graduação em Geografia pela Universidade de Brasília, com o trabalho de conclusão de curso. O exercício feito neste trabalho monográfico, foi para além de concluir mais uma etapa, ou encerrar um ciclo. Ressalto que o trabalho de monografia possibilitou o amadurecimento da pesquisa científica, que fora realizada através do Projeto de Iniciação Científica (2019/2020), permitindo maior compreensão de textos teóricos de forma crítica, aproximando a teoria do empírico encontrando na Região Administrativa da Candangolândia, e, assim, formando uma profissional com o olhar geográfico voltado aos direitos dos cidadãos no território.

Agradeço ao querido Professor Dr. Everaldo Batista da Costa, por toda paciência na orientação deste trabalho e por contribuir com diversos aprendizados ao longo da graduação em Geografia. Agradeço também aos queridos Arthur Lino da Silva Junior, Beatriz de Carvalho Breves, Gabriela Vilela de Sousa e Thayanne Lindsay Zedes por todo carinho, paciência e confiança na realização deste trabalho.

É no território, tal qual como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade.

Milton Santos, 1987.

RESUMO

O presente estudo apresenta a análise dos usos e apropriações do território, bem como dos locais simbólicos da Região Administrativa da Candangolândia (RA XIX). O estudo tem como objetivo analisar o território da Candangolândia, no contexto da construção de Brasília e como pertencente ao Distrito Federal, a partir da compreensão do seu ordenamento territorial. Como procedimento metodológico, o estudo agregou materiais bibliográficos referentes aos temas: território; ordenamento territorial; urbanização; patrimônio-territorial. A metodologia envolve trabalhos de campo para realizar a análise concreta do território, sob a ótica dos conceitos geográficos de território usado e patrimônio-territorial, a fim de coletar os dados e apreender a dinâmica da Região Administrativa. O resultado alcançado no estudo consiste em uma cartografia da espacialização de objetos sociais, políticos, culturais e econômicos presentes no território da Candangolândia, revelado por meio dos sujeitos, de símbolos e das funcionalidades do território.

Palavras-chave: território usado; ordenamento territorial; patrimônio-territorial; urbanização do Distrito Federal; Candangolândia.

ABSTRACT

The present study presents an analysis of the uses and appropriations of the territory, as well as the symbolic places of the Administrative Region of Candangolândia (RA XIX). The study aims to analyze the territory of Candangolândia, in the context of the construction of Brasília and as belonging to the Federal District, from the understanding of its territorial organization. As a methodological procedure, the study added bibliographic materials related to the themes: territory; land use planning; urbanization; territorial heritage. The methodology involves field work to carry out a concrete analysis of the territory, from the perspective of the geographical concepts of used territory and territorial-heritage, in order to collect data and understand the dynamics of the Administrative Region. The result achieved in the study consists of a mapping of the spatialization of social, political, cultural and economic objects present in the Candangolândia territory, revealed through the subjects, symbols and characteristics of the territory.

Keywords: used territory; land use planning; territorial heritage; urbanization of the Federal District; Candangolandia

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

TABELAS

TABELA 1 - Distrito Federal, evolução espacial da população (1960-80).....	28
--	----

FIGURAS

FIGURA 1 - Mapeamento das Regiões Administrativas do DF.....	12
FIGURA 2 - Primeiros acampamentos construídos na Candangolândia pela Novacap.....	23
FIGURA 3 - Cidade Livre (Núcleo Bandeirante).....	24
FIGURA 4 - Operários reunidos próximo a Praça dos Três Poderes.....	25
FIGURA 5 - Distrito Federal, evolução espacial da população (Censo 2000).....	29
FIGURA 6 - Mapeamento do perímetro urbano e não urbano da Candangolândia - DF.....	35
FIGURA 7 - Loteamentos das Quadras Residenciais, Candangolândia - DF.....	41
FIGURA 8 - Setor de Chácaras, Candangolândia - DF.....	42
FIGURA 9 - Vila do Sossego, Candangolândia - DF.....	43
FIGURA 10 - Área comercial da Avenida Central, Candangolândia - DF.....	47
FIGURA 11 - Estabelecimentos com apartamentos na parte superior, Setor de Oficinas Candangolândia - DF.....	47
FIGURA 12 Setor de Postos e Motéis (SPM), às margens da Rodovia DF-003.....	48
FIGURA 13- Igreja São José Operário, Candangolândia, DF.....	54
FIGURA 14- Alameda dos Pioneiros, Candangolândia, DF.....	55
FIGURA 15 - Praça do Bosque, Candangolândia, DF.....	56
FIGURA 16 - Entrada da Feira Permanente, Candangolândia, DF.....	58
FIGURA 17 - Folder de apresentação das atividades em comemoração dos 62 anos da Candangolândia, DF.....	60
FIGURA 18- Mapeamento 01.....	63
FIGURA 19 - Mapeamento 02.....	64
FIGURA 20 - Mapeamento 03.....	65
FIGURA 21 - Mapeamento 04.....	66

LISTA DE SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

APP - Área de Preservação Permanente

BID - Banco Internacional de Desenvolvimento

CENSO - Pesquisa realizada periodicamente para calcular número de pessoas de um país

DF - Distrito Federal

EPNB - Estrada Parque Núcleo Bandeirante

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FJZB - Fundação Jardim Zoológico de Brasília

GDF - Governo do Distrito Federal

NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital

PCS - Posto Comunitário de Segurança

PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PDL - Plano Diretor Local

PDOT - Plano Diretor de Ordenamento territorial

Q1 - Quadra 1

QR 1A - Quadra Residencial 1A

QOF - Quadra Setor de Oficinas

RA - Região Administrativa

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal

SPM - Setor de Postos e Motéis

UBS - Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
JUSTIFICATIVA.....	15
OBJETIVOS.....	16
HIPÓTESES.....	16
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
1 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CANDANGOLÂNDIA NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA	19
1.1 Brasília: a construção de um novo pólo político-econômico no território nacional	19
1.2 O surgimento dos Candangos em Brasília: acampamento da NOVACAP (1956)	23
1.3 Notas sobre a ocupação do território após a inauguração de Brasília.....	28
2 ORDENAMENTO E USOS DO TERRITÓRIO NA CANDANGOLÂNDIA	32
2.1 Ordenamento territorial e Estado	32
2.2 Território usado e urbanização na Candangolândia	37
2.3 Território usado e circuitos da economia urbana na Candangolândia	45
3 PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E USOS DO TERRITÓRIO	52
3.1 Locais de ativação popular do patrimônio-territorial na Candangolândia	52
3.2 Cartografia do patrimônio-territorial e dos usos do território.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

INTRODUÇÃO

A nova capital federal, erguida na metade do século XX, foi construída para sediar o poder político nacional, planejada e arquitetada para representar “um novo Brasil”. A função de Brasília, então, seria abrigar funcionários públicos e uma parcela da classe detentora do maior poder aquisitivo do país. Contudo, apesar da nova capital federal ser destinada a interesses do Estado, os anos da construção de Brasília são lembrados como uma era de “fraternidade” e “confraternização” entre os operários da construção e funcionários públicos, ao realizarem uma obra histórica que representaria “uma nova era” no território nacional.

A Região Administrativa da Candangolândia (RA XIX, ver figura 1)¹ surge neste contexto histórico da construção de Brasília, no ano 1956, ao abrigar em seu território os primeiros habitantes da nova capital (operários e funcionários públicos) em acampamentos fornecidos pela NOVACAP². Assim, o território da Candangolândia tem sua formação inicial durante a construção de Brasília, sendo o primeiro território reconhecido em constituição do Distrito Federal. Contudo, cabe ressaltar que havia ocupações progressas no território do Estado de Goiás onde se instalou o sítio de Brasília, como exemplo Planaltina, Brazlândia e Luziânia compondo o seu entorno.

Anteriormente à inauguração da capital federal, no ano de 1958, surgem núcleos urbanos em todo o Distrito Federal³, ocorrendo na fragmentação do território com relação ao centro ou ao Plano Piloto, e as periferias que se formaram ao redor do mesmo. Tais aglomerados urbanos, após a inauguração de Brasília eram denominados de cidades satélites⁴, devido ao processo de urbanização do Distrito Federal, atualmente, são oficializados como Regiões Administrativas. O território da Candangolândia é consagrado como a XIX Região Administrativa do DF somente no ano de 1994, 38 anos após a sua formação territorial inicial (1956).

O estudo, então, analisa o território da Candangolândia, partindo do seu ordenamento territorial no contexto da construção de Brasília; atualmente, é pertencente ao Distrito Federal

¹ O termo Região Administrativa, referente às subdivisões político-territoriais do Distrito Federal, será aplicado para indicar o recorte empírico definido na pesquisa, isto é, a RA XIX, Candangolândia. Se a mesma não é consagrada como cidade pelos parâmetros legais-institucionais, deve ficar claro que é representante de dois fenômenos, da urbanização e da metropolização do DF, um fenômeno geográfico em si que, em seu processo histórico constitutivo, foi (anteriormente) referida como cidade satélite (SILVA; QUEIROZ, 2020, p. 265).

² Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

³ O território do Distrito Federal, em 1958 (2 anos antes da inauguração de Brasília), já detinha a formação territorial das atuais Regiões Administrativas: Planaltina; Sobradinho; Taguatinga; Gama; Ceilândia; Núcleo Bandeirante; Candangolândia.

⁴ É vedada a utilização do termo “satélite”, por meio do Decreto nº 19040, de 18 de Fevereiro de 1998.

àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise”.

Partindo deste conceito, a análise do território será sob a ótica do território usado e apropriado pelos sujeitos da Candangolândia, agregando também as decisões verticalizadas e em rede, que impactam nos usos políticos, econômicos e sociais do território e espaço banal da Candangolândia. Por meio da análise dos usos do território, há como identificar a produção e organização da sociedade, devido às dinâmicas que se estabelecem no espaço geográfico. Como afirma Souza (2019, p. 7):

(...) o uso do território se constitui em uma categoria social de análise. Seu estudo nos permite verificar a forma como a sociedade produz e se organiza pelo uso do território, seus objetos geográficos, hoje cada vez mais tecnificados, a partir das ações realizadas por sujeitos, em função de seus interesses. São esses usos, por sua vez, constituídos pelas dinâmicas dos lugares, instituídos por acontecimentos solidários que revelam interesses específicos.

A compreensão dos usos e apropriações no território da Candangolândia, enquanto sinônimo de espaço vivido (SANTOS, 1994), terá como um dos aportes da metodologia os trabalhos de campo, como o objetivo de aproximar a teoria com o empírico encontrado na RA. Os trabalhos de campo analisam a dinamicidade do urbano e suas complexidades na Candangolândia, em conjunto com a análise dos espaços de vivências coletivas presentes no território.

Diante do pioneirismo do território da Candangolândia, cabe o destaque ao reconhecimento dos sujeitos locais, espaços de vivências comunitárias, resistências e cultura popular. O conceito de patrimônio-territorial, permite a compreensão e a valoração dos locais passíveis para a ativação popular dos signos da história e da memória de base espacial na Candangolândia, sendo o patrimônio-territorial elemento de arte, cultura e vivências situadas nas periferias urbano-rurais do continente latinoamericano.⁷

⁷ Os principais trabalhos do autor, que fundamentam a discussão, foram desenvolvidos a partir de seu projeto de pós-doutorado (COSTA, 2016), no qual propõe a teoria dos “utopismos patrimoniais”, passando pela metodologia da ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina (COSTA, 2017), pela revisão empírica do conceito (COSTA, 2018) e mesmo da revisão do conceito, na conclusão do projeto (COSTA, 2020). Assim, a proposta conceitual do patrimônio-territorial de E. Costa corresponde ao projeto que durou cerca de cinco anos, em diferentes etapas de execução, da teoria a sua revisão e comprovação empírica, com enfoque no continente latinoamericano.

Os locais simbólicos da Candangolândia também dialogam com os usos e as funcionalidades do território, o que denota resistência social local, pois o patrimônio-territorial é parte integrante de sujeitos em situação permanente com o espaço; é cultura, matéria, ideia e memória viva individual e coletiva; é signo da duração dos sujeitos pelo território (COSTA, 2017).

Por meio da análise obtida, como proposta, o estudo apresenta por meio de cartografias original indicadores dos locais passíveis de ativação popular do patrimônio-territorial, bem como revelará os usos sociais, políticos e econômicos do território da Candangolândia, sendo este território relacionado à história candanga do Distrito Federal e submetido às leis de ocupação da terra realizadas pelo GDF.

JUSTIFICATIVA

Passados 60 anos da inauguração da nova capital federal no Centro-Oeste do Brasil, a memória dos primeiros habitantes de Brasília (os pioneiros) ainda está presente e marcada por simbolismos aos candangos, em todo o território do Distrito Federal. A relevância de conhecer o primeiro território habitado do Distrito Federal então em constituição (Candangolândia), atualmente, aponta para a necessidade de compreender a dinâmica territorial na Região Administrativa, enfocando no processo de ordenamento territorial desde a construção de Brasília até a oficialização do território como a XIX Região Administrativa do Distrito Federal.

A partir do conceito de território usado (SANTOS, 1994; SOUZA, 2019 e outros), a Candangolândia será analisada enquanto espaço vivido e apropriado, em conjunto com o conceito de patrimônio-territorial (COSTA, 2015, 2016, 2017, 2018, 2020), para identificar os locais de resistências e cultura popular. Nesta perspectiva, o estudo se justifica ao compreender quais são os espaços de vivências comunitárias na Candangolândia, considerando a dinâmica social, política e cultural do território.

Como proposta, após identificar os usos e os locais para ativação popular do patrimônio-territorial na Candangolândia, com base na experiência dos sujeitos locais no território, será apresentado uma cartografia que dialoga com a dinâmica apreendida no estudo e representa variáveis e objetos constituídos no território (segregação socioespacial, atividades econômicas, locais históricos, culturais, espaços de lazer, uso comunitário e resistência popular).

Assim, o estudo valoriza pesquisas urbanas e territoriais referentes ao Distrito Federal, ao analisar o território como receptor de situações muitas vezes conflitantes, ao considerá-lo como sinônimo de espaço vivido e apropriado (SANTOS, 1994). Contextualizar e cartografar as especificidades reveladas no território usado da Candangolândia é também retratar a nova realidade em que as RAs do Distrito Federal se encontram, resultando em um novo ordenamento territorial integrado a políticas públicas de ocupação da terra, bem como uma nova lógica espacial realizada por meio dos sujeitos.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

Analisar o território da Candangolândia, no contexto da construção de Brasília e como pertencente ao Distrito Federal, a partir da compreensão dos seus usos presentes.

Objetivos específicos:

- Analisar a formação territorial da Região Administrativa de Candangolândia, no contexto da construção de Brasília.
- Identificar o território usado (como fato concreto) na referida região, compreendendo sua dinâmica social, política e econômica no urbano.
- Identificar os locais para a ativação popular do patrimônio-territorial na região, compreendendo a importância de tais locais para os sujeitos da Candangolândia.
- Cartografar os usos do território e o patrimônio-territorial da Candangolândia.

HIPÓTESES

- A Região Administrativa da Candangolândia, atualmente, ainda está marcada com o pioneirismo da construção do Plano Piloto de Brasília.
- A dinâmica urbano-territorial que se desenvolveu na Região Administrativa da Candangolândia, resulta em especificidades territoriais devido a formas de usos e apropriações dos sujeitos no território.
- Locais de vivências comunitárias, cultura popular e resistências, representam componentes importantes da vida social no território da Candangolândia.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na primeira etapa do estudo, foi levantado o material bibliográfico para o aprofundamento do tema, constituído principalmente de livros, artigos científicos e teses. A listagem bibliográfica priorizou materiais referentes ao conceito geográfico de *território* e *território usado*. O estudo também englobou leituras acerca do processo de ordenamento territorial do Distrito Federal, levando em consideração a escala nacional e o processo de urbanização brasileira, compreendendo também o conceito de patrimônio-territorial.

A partir de Gil (2008), foi possível nortear as técnicas de pesquisa científica. Como finalidade para esse primeiro momento, o aporte teórico selecionado auxiliou na revisão conceitual, quanto ao conhecimento científico existente do tema abordado.

Na segunda etapa do estudo, foram feitas pesquisas em documentos oficiais que possuíam dados referentes ao processo de urbanização e ordenamento territorial do Distrito Federal e da Região Administrativa da Candangolândia. As consultas foram realizadas em bancos de dados (online) como CODEPLAN⁸, IBGE⁹, SEDUH¹⁰ e SEMA¹¹.

O estudo também utilizou documentos produzidos por meios midiáticos, que detinham informações sobre as mudanças urbanas e territoriais na capital, como por exemplo os sites da Administração Regional da Candangolândia¹², Acervo Público do Distrito Federal¹³ e Instituto Moreira Salles¹⁴.

Os trabalhos de campo foram divididos em duas fases, sendo a primeira o campo de aproximação e a segunda o campo de aprofundamento. O foco do campo de aproximação, inicialmente, é a observação mais ampla do espaço urbano, identificando quem são, genericamente, os agentes e os atores protagonistas na gestão do território e espaços sociais que constituem a Região Administrativa de Candangolândia. Foram realizados 2 (dois) campos no mês de janeiro de 2020, utilizando como recursos anotações e câmara fotográfica para registro das fontes levantadas.

Na segunda fase dos trabalhos de campo (aprofundamento), foram executadas 5 (cinco) práticas de campo sistematizadas entre os meses de fevereiro e março de 2020, para a coleta de informações sobre os usos, apropriações do território e locais passíveis para a

⁸ Companhia de Planejamento do Distrito Federal.

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹⁰ Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

¹¹ Secretária de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal.

¹² Disponível em: <<http://www.candangolandia.df.gov.br>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

¹³ Disponível em: <<http://www.arpdf.df.gov.br>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

¹⁴ Disponível em: <<https://ims.com.br>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ativação popular do patrimônio-territorial na Candangolândia.

A escrita do trabalho se desenvolveu entre os meses de março e novembro de 2020, estruturadas em três capítulos, sendo estes “Formação do território da Candangolândia no contexto da construção de Brasília”, “Ordenamento e usos do território na Candangolândia” e “Patrimônio-territorial e usos do território”.

O primeiro capítulo consiste em contextualizar os antecedentes e a construção de Brasília, que emerge como um novo pólo de desenvolvimento para o país, incluindo a análise da formação territorial de novos núcleos urbanos no território, como o caso da Candangolândia, e posteriormente, a ocupação territorial do Distrito Federal após a inauguração de 1960.

O segundo capítulo traz a análise do ordenamento territorial da Candangolândia, ao analisar sua dinamicidade urbana ou na RA. Neste capítulo, será abordado a realização dos trabalhos de campo sob a ótica dos conceitos geográficos de *território* e *território usado*, revelando aspectos sociais, políticos e econômicos presentes na RA.

O terceiro capítulo dialoga com o conceito de patrimônio-territorial em conjunto com o conceito de território usado, aplicados à Região Administrativa da Candangolândia. É importante adiantar que o conceito de patrimônio-territorial deriva de uma noção da história dos usos do território, reconhecendo a singularidade dos sujeitos e grupos subalternizados em situação espacial, como argumenta E. Costa; logo, há intercâmbio interpretativo entre os dois conceitos, pois são afeitos à existência ou aos sujeitos vinculados ao território.

Ao final do estudo e com o recurso da cartografia, foi possível identificar e georreferenciar a dinâmica apreendida, através de programas para geoprocessamento, representando o território usado, suas apropriações e locais para ativação popular do patrimônio-territorial na Região Administrativa da Candangolândia. As técnicas de Geoprocessamento abrangem diversas ferramentas, dentre elas o Sistema de Informação Geográfica (SIG/GIS). Como ferramenta para a pesquisa, o software selecionado para mapeamento foi o Qgis em sua versão atual 3.10.0, em conjunto com o Software Google Earth, que auxilia na precisão do mapeamento por conter imagens de satélite atualizadas de todo o território do Distrito Federal.

1 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CANDANGOLÂNDIA NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

1.1 Brasília: a construção de um novo pólo político-econômico no território nacional

Brasília foi construída sob o ideal de uma cidade utópica, concebida e projetada como um polo de desenvolvimento político e econômico para o Brasil. De acordo com Costa e Steinke (2014), a capital é definida, geográfica e estrategicamente, segundo interesses do Estado, dentro de uma estrutura político-econômica do território nacional. Para os autores, Brasília foi essencial para o rearranjo regional nacional, o que envolveu a política, a economia e a cultura.

O anseio pela reconfiguração demográfica e econômica no Brasil, sob a ótica de uma nova era modernista, ocasionaram a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília. Segundo Santos e Silveira (2001), o período *técnico-científico-informacional* representaria a ampliação de redes de transportes, que se tornam mais densas e mais modernas, e assim, se alcançaria também a modernização das comunicações. Esperava-se que o uso do território brasileiro, seria totalizado por meio da fluidez efetiva, representada pela presença de infra-estruturas para além do eixo Sul-Sudeste, como demarcam Costa e Steinke (2014).

O Plano de Metas¹⁵ de Juscelino Kubitschek tinha como intencionalidade possibilitar esses fluxos modernizadores no território e a reurbanização do espaço, atendendo a demanda do capital financeiro interno. Assim como comenta Paviani (2003, p. 64) “entre estes projetos citam-se: ampliação da malha rodoviária, implantação de hidrelétricas, novos aeroportos, indústria naval e, logicamente, construção e transferência da Capital em pouco mais de três anos”.

A fundação de Brasília significava uma nova fundação do Brasil, como um país modernizado e desenvolvido. Entretanto, o simbolismo da cidade de Brasília expressado em seus eixos e monumentos, agregando referências sagradas por meio de analogias históricas de um novo povoamento (HOLSTON, 1993). Cria-se o imaginário utópico de uma nova cidade, planejada, moderna e receptiva a todos os brasileiros. No entanto, a construção de uma capital no Centro-Oeste, mascarava o interesse do Estado integrado à lógica desenvolvimentista referida ao Sudeste brasileiro, que detinha o monopólio dos setores elétricos, industriais e

¹⁵ O Plano de Metas também já foi entendido como “a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país”. E sua efetivação foi tida como “a largada para a acumulação de capital em escala monopolista na estrutura econômica brasileira. Esse Plano consistiu em trinta metas, que abrangem desde áreas de energia e transportes até o setor educacional, e mais aquela que foi posta como meta síntese: a construção de Brasília. (VESENTINI, 1986, p. 103)

ferroviários. Desse modo, havia a necessidade de expandir os fluxos do capital no território nacional, de acordo com Vesentini (1986), Brasília inaugurou um outro ciclo de Brasil monopolizado:

Todas as transformações desse período implicam uma aceleração da concentração e centralização da capital, acompanhada do alargamento das funções estatais, o que significa estrutura econômica mais monopolizada. Assim, e levando-se em conta o fato de que a construção de Brasília insere-se nesse período, como parte do Plano de Metas, não deixa de ser relevante a afirmativa de um autor segundo a qual Brasília representaria “o padrão que separa o Brasil competitivo do Brasil monopolizado. O padrão que completou um ciclo da história econômica e social do país que inaugurou outro ciclo”. (VESENTINI, 1986, p. 105)

Como estratégia de visibilidade ao projeto desenvolvimentista, a valorização do cidadão comum por meio da propagação de uma “nova era”, intensificou a campanha de Juscelino Kubitschek através dos meios midiáticos, legitimando Brasília em uma ruptura histórica com a criação de um futuro moderno que detinha a participação de todos, reescrevendo a história de forma democrática e carismática (HOLSTON, 1993).

A integração nacional incorporada através de uma obra pública, propiciou condições históricas no território nacional para a crescente urbanização, considerando que os operários da construção e funcionários públicos provinham de diferentes lugares do país, originou-se um fluxo migratório intenso na Região Centro-Oeste, como indicam Costa e Steinke (2014), Holston (1993) e outros. Isso reforçou, desde a época, o que Santos e Silveira (2001) comentam sobre o Centro-Oeste, que conhece uma taxa extremamente alta de urbanização, podendo nele se instalar, de uma vez só, toda a materialidade contemporânea indispensável a uma economia exigente de movimento.

Com a intensa migração dos trabalhadores da construção, mais brasileiros chegavam a Brasília em busca de melhores condições de vida e a confiança de que iriam permanecer nesse território. Conforme Santos (2018) em “A urbanização brasileira”, tal padrão migratório já havia ocorrido no Sudeste entre 1920 e 1940, com a instalação do setor industrial e a mecanização acelerada dos meios de produção, gerando o monopólio econômico e altas taxas de urbanização, assim como também comentam Santos e Silveira (2001) em “O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI”:

Uma transição pode ser observada entre o período anterior, herança da época colonial pré-mecânica, e a verdadeira integração nacional. Esse período de transição teve, regionalmente, expressão e duração diferentes. Mas, para o conjunto do país, pode-se situá-lo entre o começo do século XX e a década de 1940. É então que se estabelece uma rede brasileira de cidades, com uma hierarquia nacional e os primórdios da precedência do urbanismo interior sobre o urbanismo de fachada. É simultaneamente, um começo de integração nacional e um início da hegemonia de São Paulo, com o crescimento industrial do país e a formação de um esboço de mercado territorial localizado no Centro-Sul. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 36-37)

A nova capital, então, ergue-se para cumprir a função político-econômica, encarregada de ser um pólo integrador para além do Centro-Sul. Apesar do carácter expansivo de regionalização do espaço, em seu plano urbanístico, a Brasília de Lúcio Costa não incorporou possíveis zonas territoriais para além do Plano Piloto, ou seja, seu planejamento original ou inicial não foi destinado ao uso e apropriação imediata nem de todos, nem de todo o território do Distrito Federal.

Brasília foi exaltada ou ainda o é, por muitos, como uma cidade sem nenhum passado, construída do nada, preterindo a história de ocupação anterior à construção do seu território (ignorando também os territórios que agregam o seu entorno). Essa apresentação de uma ideia inabitável negava o Brasil que a cidade já tinha incorporado: a população dos que a construíram (HOLSTON, 1993) e os que já habitavam este território.

Santos e Silveira (2001, p. 45) comentam que “a construção de Brasília foi um passo importante, pois as redes de estradas, indispensável à afirmação do Estado sobre o conjunto do território, também era indispensável para a expansão do consumo que era produzido internamente”. Entre o período de 1960 e 1970, Brasília já detinha poder político, econômico e desenvolvimentista no território, ao apresentar o maior índice de crescimento demográfico do país nesse período. Ainda de acordo com Santos e Silveira (2001):

A própria construção de Brasília teria sido impossível se a indústria já não se houvesse desenvolvido em São Paulo. Como ressaltado, cada um desses movimentos reforça os demais, enquanto a economia e a sociedade se renovam, levando o país a crises políticas sucessivas, as bases matérias também se transformam, mediante a possibilidade de circular mais depressa e através de uma superfície muito maior que no período anterior. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 46)

Ao enquadrar Brasília para uma perspectiva regional nacional, a construção de uma nova capital atrelada ao interesse do Estado, acarreta ao debate entre o imaginário de

fraternidade criado em torno de Brasília e o seu papel estrutural e desenvolvimentista no território brasileiro

Brasília caracteriza-se em três décadas, após a inauguração, como uma região metropolitana que contém todos os fragmentos e problemáticas de grandes metrópoles, devido às suas relações sociais desiguais desde antes de sua inauguração, como a restrição do direito à cidade. O "Novo Brasil", então, se tornou um ideário utópico devido às interações estabelecidas neste território, levando em consideração que Brasília já representava em seus poucos anos os padrões de urbanização acelerada e desigual que ocorriam no Centro-Sul do território brasileiro.

1.2 O surgimento dos Candangos em Brasília: acampamento da NOVACAP (1956)

De acordo com Silva e Queiroz (2020), a Candangolândia foi designada como habitação temporária para os trabalhadores da construção e funcionários públicos da nova capital. O território da Candangolândia configura o seu uso desde o ano de 1956, quando se constrói o primeiro acampamento pela NOVACAP. O primeiro acampamento foi dividido em duas zonas no território de Brasília, onde seriam as ocupações temporárias designadas para a construção (Figura 2) e outro para comércio.

O território da Candangolândia, então, tinha como demanda alojar os 1.200 operários que chegassem para construir a nova capital. E como principal função, deveriam construir as futuras residências do Plano Piloto, que, posteriormente, alojaram os funcionários públicos que viessem do Rio de Janeiro para trabalhar em Brasília.

Figura 2 - Primeiros acampamentos construídos na Candangolândia pela NOVACAP.



Fonte: Arquivo/Administração da Candangolândia, 1956.

A zona comercial era uma área temporária, reservada para a iniciativa privada suprir os trabalhadores da capital por sua conta e risco, quisessem encarregar-se de suprir o pessoal dos acampamentos de construção com bens e serviços. Essa zona tornou-se conhecida como núcleo Provisório dos Bandeirantes e Cidade Livre¹⁶ (HOLSTON, 1993), detendo o monopólio de mercadorias nos anos da construção de Brasília (Figura 3).

¹⁶ Localizada na atual Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - DF (RA VII).

Figura 3 - Cidade Livre (Núcleo Bandeirante).



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, 1958.

O acampamento que abrigava os operários da construção, denominou-se Lonalândia entre os operários e funcionários do governo, por ser feito de lonas e madeirites; ao final, vigorou o nome de Candangolândia, em alusão ao termo candango. Tendo em vista a importância da etimologia, de acordo com Holston (1993) e Costa e Peluso (2013), o termo Candango agrega história das relações de classe luso-africanas e luso-brasileiras, antes de ter passado por breve redefinição no curso da construção de Brasília; é uma corrupção de candongo, palavra da língua quimbundo ou quilombo, dos bantos do Sudoeste da Angola, termo pelo qual os africanos se referiam, pejorativamente, aos colonizadores portugueses; no Brasil, aparece primeiramente nas plantações de cana do Nordeste, onde os escravos a empregavam irrisoriamente com relação a seus senhores; os brasileiros terminaram por inverter o alvo da depreciação: a palavra candango torna-se um sinônimo de cafuso, o mestiço do índio e do negro; ou, mais precisamente, na mescla de tipos raciais brasileiros, o mestiço de um mameluco; assim, a palavra candango tornou-se um termo geral para as pessoas do interior em oposição às do litoral, e especialmente para os trabalhadores itinerantes pobres que o interior produziu em grande quantidade, caso dos trabalhadores o termo chegou a Brasília; em verdade, há de se dizer, o candango foi um construtor concreto (e pelo concreto) do ideal de nacionalidade.

Cabe também ressaltar, a diferenciação do termo candango e pioneiro que foram empregados desde a formação territorial do Distrito Federal e designou certos privilégios para

aqueles que não fossem trabalhadores da construção. Conforme Laraia (1996, p. 3) “ser candango passou a ser sinônimo de pioneiro. Mas a tendência estratificadora de nossa sociedade levou, a partir de um dado momento, a elite que participou da empreitada histórica a abjurar essa denominação e a preferir o rótulo de pioneiro. Com isto, os membros dessa elite passaram a se auto representar como desbravadores, os que abrem o caminhos, mas que não devem ser confundidos com a massa humilde dos que trabalharam a madeira, o cimento e o ferro”.

O ritmo de trabalho foi intenso até a inauguração de Brasília, trabalhadores viravam dias e noites focados na finalização da obra marcada para o ano de 1960. Segundo Holston (1993), os anos de construção são lembrados como uma era de fraternidade e confraternização entre os sujeitos. Engenheiros e operários estavam juntos, devido à excessiva rotina de trabalho e do acampamento (Figura 4).

Figura 4 - Operários reunidos próximo a Praça dos Três Poderes.



Fonte: Instituto Moreira Salles, 1959.

Ao considerar que operários e funcionários públicos advinham de outros estados, devido ao recrutamento dos trabalhadores da construção estar em âmbito nacional, Vesentini (1986, p. 107) afirma que “os candangos – nome utilizado para designar esses trabalhadores – vão chegando de inúmeros recantos do País, principalmente do Nordeste, Minas Gerais, de Goiás e do Mato Grosso. O número de pessoas na área do novo Distrito Federal passou de 12 283 em julho de 1957 para 28 804 em fevereiro de 1958 e 64 314 em maio de 1959. Foi muito

comum nesse período o uso de caminhões, que iam até certas cidades do Nordeste ou de Minas e arremetavam pessoas para trabalhar nas obras da nova capital ”.

Assim, os processos históricos do ordenamento territorial de Brasília consolidam a Candangolândia como propulsora do processo habitacional do Distrito Federal, para além do Plano Piloto planejado (SILVA; QUEIROZ, 2020). A Candangolândia está atrelada historicamente com a chegada dos Candangos na nova capital e os seus anos iniciais de acampamento e construção, ao ser o primeiro território ocupado em Brasília. De acordo com Silva e Queiroz (2020, p. 255) “ao levar em consideração a formação do território da Candangolândia como um produto coletivo e sociocultural inerente à historicidade de Brasília, é possível dizer que a ocupação da terra vincula o sentido de territorialidade como uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural”.

Em 1959, a empresa estatal NOVACAP transferiu sua sede para o Plano Piloto, designando o território da Candangolândia como uma alternativa de habitação para os migrantes que chegavam e para os operários que já ocupavam o território desde 1956, onde poderia residir as famílias dos operários casados, ocasionando em 82% dos operários trazerem seus filhos e esposas. Vesentini (1986), comenta que nesse período os índices demográficos já eram elevados, ocasionando na formação de loteamentos precários ao redor de Brasília:

Pelas informações obtidas no Censo Experimental de maio de 1959, havia em Brasília 42 322 homens e apenas 21 982 mulheres (...) nessas condições, com essa área do Distrito Federal sendo formada por imensos acampamentos ou precários núcleos urbanos tidos como provisórios, além do fato de ocorrer aí uma permanente barulheira devido ao prolongamento dos trabalhos mesmo a noite, não é de estranhar o elevado índice de mortalidade desses anos de construção da nova capital. (VESENTINI, 1986, p. 108)

Entretanto, já durante os anos da construção de Brasília (cidade arquitetada e planejada), constatou-se que não poderia abrigar as levas de migrantes, sobretudo daqueles que passaram a trabalhar nos canteiros de obras. Por isso, antes mesmo de concluírem o núcleo central da Capital, os construtores abriram novos espaços urbanos (PAVIANI, 2003).

Após a inauguração de Brasília, em 1960, a população do Plano Piloto representava cerca de 50% do efetivo demográfico total do Distrito Federal (VESENTINI, 1986). A classe de trabalhadores operários, que representaria os outros 50%, sendo a mais baixa e desprovida

de privilégios, foi excluída e destituída de exercer o direito de permanecer no território que consagrou.

A rebelião dos pioneiros forçou o Estado a reconhecer seus direitos à cidade. Não, contudo, ao Plano Piloto propriamente dito, mas sim à cidade na periferia da capital. Esse desdobramento constitui um duplo desvio em face das intenções originais. Nem o plano piloto de Lúcio Costa nem as diretrizes originais da Novacap previam a criação de cidades satélites no Distrito Federal. Em vez disso, apontavam para a construção de uma capital que acomodasse meio milhão de pessoas por volta do ano 2000. (HOLSTON, 1993, p. 257)

Ao ignorar o direito dos operários e migrantes em permanecer em Brasília, o Estado pretendia evitar que os trabalhadores prejudicassem a idealização de cidade modernista e planejada que Brasília representava, sem incorporar todas as mazelas da desigualdade socioespacial que o Brasil possuía e apresentava em 1960 (HOLSTON, 1993).

Apesar da conquista dos operários ao direito de permanecer no território, o Plano Piloto, predominantemente, era apenas a moradia de funcionários públicos e da classe com maior poder aquisitivo do país. Consequentemente, formam-se núcleos urbanos precários em infra-estruturas ao redor do Plano Piloto designados para abrigar essa população de operários e migrantes, tornando Brasília uma cidade polinucleada, conforme Paviani (2003, p. 31) “no caso de Brasília, salientamos que a cidade será definida como o DF urbano, ou o somatório do centro da cidade, o Plano Piloto, com os demais núcleos, originalmente denominados de cidades satélites”.

1.3 Notas sobre a ocupação do território após a inauguração de Brasília

Com o afastamento dos trabalhadores do Plano Piloto, surgem dinâmicas urbanas que desenvolvem o território no entorno do centro de Brasília. O território da nova capital, conseqüentemente, resulta na ocupação da terra urbana exacerbadamente fragmentada e desigual entre o centro de Brasília e as periferias que se formaram.

Posteriormente, as áreas habitadas que se formaram no entorno do Plano Piloto são denominadas cidades-satélites, designadas para atender à demanda de moradia permanente dos Candangos na capital. Em 1960 o conjunto de cidades-satélites representavam cerca de 40% da população do Distrito Federal, passando para 68% na década de 1970 e 71% já em 1980 (VESENTINI, 1986).

De acordo com a tabela (Tabela 1), é possível identificar o crescimento demográfico na região do Distrito Federal entre o período de 1960-80, devido a influência das cidades-satélites na evolução espacial da população.

Tabela 1 - Distrito Federal
Evolução espacial da população (1960-80).

Localidade	1960	1970	1980
Distrito Federal	141 742	546 016	1 198 142
Plano Piloto	68 655	156 668	317 336
Guará	—	24 864	84 627
Núcleo Bandeirante	21 033	11 268	17 527
Taguatinga	26 111	107 347	196 282
Ceilândia	—	84 205	286 147
Gama	—	72 406	135 464
Sobradinho	8 478	39 458	63 163
Planaltina	2 917	18 508	40 080
Brazlândia	—	9 592	18 120
Zona Rural	14 538	21 700	37 996

Fonte: Vesentini, J. *A capital da geopolítica*. São Paulo, 1986, p. 142.

Apesar da crescente demanda habitacional no Distrito Federal, o Plano Piloto cada vez mais se tornava a região com maior índice de renda per capita do país, evidenciando para quem o território de Brasília fora construído. Conforme Costa (2011), as glebas de terra urbana possuem preços diferentes porque têm valores diferentes e não porque produzem rendas diferentes – e esse diferencial, para o autor, se dá pelo monopólio criado pela singularidade da localização, atribuindo a Brasília um exemplo de cidade cuja estratificação social e desigualdade socioespacial são das mais marcantes do país.

Em diálogo com a fragmentação do espaço do Distrito Federal, a questão da espacialidade, da territorialidade brasileira, é sempre deixada de lado nas discussões políticas brasileiras e nas formulações dos Planos e Políticas Públicas (SANTOS, 1994), ocasionando em núcleos urbanos que se expandiram exacerbadamente sem planejamento e infra-estruturas por todo o Distrito Federal.

Como tendência das grandes cidades brasileiras, a dinâmica demográfica continuou crescente ao longo dos anos na capital federal, conforme o Censo Demográfico realizado pelo IBGE, entre a década de 1990 e 2000 a população cresceu em 28.11%. No ano de 1990, a população do DF somava 1.601.094 habitantes e de acordo com o Censo Demográfico realizado em 2000, a população total do Distrito Federal já obtinha o total 2.043.169 (Figura 5).

Figura 5 - Distrito Federal
Evolução espacial da população (Censo 2000).

Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000								
Tabela 2.1.27 - População residente, em valores absolutos e relativos, total, em situação urbana e em situação urbana na sede municipal, área total e densidade demográfica, segundo as Unidades da Federação e os Municípios - Distrito Federal								
Unidades da Federação e Municípios	População residente						Área total (km ²) (2)	Densidade demográfica (hab / km ²)
	Valores absolutos			Valores relativos				
	Total	Urbana		Total	Urbana			
		Total	Na sede municipal (1)		Total	Na sede municipal (1)		
Brasil (3)(4)(5)(6).....	169 590 693	137 755 550	123 460 941	100,00	81,23	72,80	8 514 215,3	19,92
Unidade da Federação								
Distrito Federal.....	2 043 169	1 954 442	1 947 133	100,00	95,66	95,30	5 801,9	352,16
Municípios								
Brasília.....	2 043 169	1 954 442	1 947 133	100,00	95,66	95,30	5 801,9	352,16

Fonte: Censo Demográfico 2000 - IBGE.

Paviani (2003), comenta o fenômeno da evolução espacial do Distrito Federal, como uma consequência do crescimento das cidades-satélites e os novos aglomerados urbanos que surgiram em todo território, após a inauguração de Brasília e que continuaram em expansão:

Enquanto o Plano Piloto, a cada censo, tem população menor, as cidades-satélites incham. Essa inchação obriga o governo do DF a abrir novos aglomerados como Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas e outros que tiveram seus perímetros ampliados como Ceilândia e Riacho Fundo, por exemplo. Para amparar essa constatação, basta verificar que no início dos anos 90 Brasília possuía 9 regiões administrativas, enquanto em fins de 2000 elas já eram 19. A população que, no início da década passada era de 1.515.889 habitantes somavam 2.043.169 habitantes, no início desta década. Não se tem estatísticas confiáveis sobre qual o montante de imigração nesse total populacional. Também não há estatísticas de quantos dos que aqui residiam na década passada voltaram a migrar para outras regiões do país. Mas é certo que, cada vez com maior intensidade, a população cresce por incremento vegetativo. (PAVIANI, 2003, p. 69)

Devido à urbanização acelerada no Distrito Federal, formam-se enclaves territoriais sem continuidade com estruturas sócio-espaciais em volta de todo o território do DF. O Distrito Federal tem então um espaço urbano segmentado, fragmentado e disperso no território, com traçado que difere do modelo territorial da metrópole moderna convencional (FERREIRA, 1999), agregando características que, de acordo com Paviani (2007), torna o Distrito Federal uma metrópole incompleta. Assim, metrópoles completas são as que possuem equipamentos e estrutura complexa, inclusive parque industrial, capazes de organizar o espaço nacional. As metrópoles incompletas, ao contrário, apenas comandam o espaço regional a sua volta (PAVIANI, 2007).

Em vista disso, criam-se estratégias para mitigar o ordenamento territorial disperso que se formava no Distrito Federal e o seu entorno, que abrange cidades do Estado de Goiás e Minas Gerais. Uma das estratégias para realizar o ordenamento territorial na capital, ocorreu por meio da criação das Regiões Administrativas¹⁷ do Distrito Federal, antes denominadas de cidades-satélites.

As RAs, então, surgem como subdivisões territoriais administradas pelo Governo do Distrito Federal, consideradas independentes social, econômica e cultural do Plano Piloto. O GDF tem como função controlar o uso e ocupação do solo nas regiões que se expandiram, ao integrá-las com infraestrutura urbana. Como ferramenta, o governo estabeleceu políticas

¹⁷ Oficialização das Regiões Administrativas por meio da lei n° 4.545, de 10 de Dezembro de 1964.

públicas voltadas para o ordenamento do território, pois, desse modo, também se controlaria a expansão demográfica em cada região.

2 ORDENAMENTO E USOS DO TERRITÓRIO NA CANDANGOLÂNDIA

2.1 Ordenamento territorial e Estado

Ao longo do tempo, o território foi lido e entendido como a principal base de um Estado. Em um sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país, em outras palavras, a existência de um país supõe um território (SANTOS; SILVEIRA, 2001). No entanto, ainda de acordo com Santos (1994), a noção de território evolui com a pós-modernidade, não estando atrelado estritamente com a noção de Estado-Nação, mas, sim, entendido através do seus usos e recortes.

Santos (1994) apresenta também o conceito de *território usado*, como o objeto de análise do território e sinônimo de espaço habitado. Cabe trazer Souza (2019), ao falar de território usado, devido esse conceito abranger o território de todas as pessoas, de todas as organizações, de todas as instituições.

Há também que se distinguir os processos de uso do território praticado pelas pessoas, daqueles das empresas (as ações para o uso). No primeiro caso é que temos o espaço geográfico entendido como espaço banal, espaço de todos, como deveria ser o território nacional de um país, o nosso território abrigo, da nossa nacionalidade. (SOUZA, 2019, p. 12)

Assim, nos remete que o novo entendimento da noção de território deriva das suas funcionalidades (que são diversas) e o seus usos. Os usos do território, desse modo, correspondem a formações políticas, econômicas e sociais que são praticadas e que persistem no território por meio dos agentes sociais (SANTOS, 2014).

Em consonância com as novas funcionalidades do território, em 1988 e por meio da Assembléia Constituinte¹⁸, há uma dimensão maior na discussão do ordenamento do território nacional, sendo este debatido e implementado por meio de políticas públicas, como o principal planejador e articulador do território. Conforme Santos e Silveira (2001), as políticas que regularizam o território se materializam através de ações jurídico-normativas de caráter específico, que estão incluídas na legislação civil, fiscal e financeira, configurando, assim, as funções de um novo espaço geográfico.

No Distrito Federal, a atual dinâmica urbana resulta de um novo funcionamento

¹⁸ Constituição Brasileira, 1988. Art. 21, parágrafo IX: “Compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”.

territorial e uma nova construção espacial, integrada a políticas públicas de ocupação do solo. Desse modo, o GDF estabelece políticas territoriais como o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT¹⁹ e Plano Diretor Local - PDL²⁰, para ordenar desenvolvimento habitacional e orientar agentes públicos e privados na “gestão” do uso da terra do território no Distrito Federal.

Oliveira (2020) comenta sobre a necessidade da gestão do território por parte do governo, pois, “tem-se que Brasília, com seus limites demarcados, foi construída tendo em vista a necessidade de regular a ocupação das áreas urbanas e rurais. Isto resultou na elaboração de planos de organização territorial, de ocupação territorial, de uso do solo, de ordenamento territorial e planos diretores locais” (OLIVEIRA, 2020, p. 48).

O território da Candangolândia, portanto, também está submetido às políticas de ocupação e controle do solo por agentes público-privados. Ainda que houvesse a interação dos agentes sociais na apropriação e no uso do território da Candangolândia desde a construção de Brasília (1956), o lugar somente é reconhecido como a XIX Região Administrativa do Distrito Federal²¹ em 27 de janeiro do ano de 1994.

Até o ano de 1994, a Candangolândia fazia parte da Unidade de Planejamento Territorial Central, sendo esta área denominada de RA - I. A Região Administrativa I era composta por quatro cidades sendo elas o Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal e Candangolândia.

Com a divisão e a oficialização das XXXIII²² Regiões Administrativas, cada vez mais no Distrito Federal as políticas de ordenamento territorial valem-se para normatizar os territórios, advenham elas do âmago do poder legal ou de poderes paralelos, ou seja, ainda da dialógica que pode imbricar os dois tipos, forjando complexas territorialidades (LIMA, 2007).

Entretanto, as políticas territoriais e de ocupação do solo não expressam todas as funcionalidades do território, tornando-os engessados e estáticos ao minimizar os usos e apropriações do território por intermédio dos sujeitos.

Segundo o PDL da Candangolândia²³, as normas vigentes de uso e ocupação do solo

¹⁹ O Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) é o instrumento básico da política territorial e de orientação aos agentes públicos e privados, que atuam na produção e gestão das localidades urbanas, de expansão urbana e rural do território do Distrito Federal.

²⁰ O Plano Diretor Local (PDL) é um instrumento complementar ao Plano de Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) das Regiões Administrativas (RAs) previsto pela Lei Orgânica do DF. Na prática, o PDL estabelece os critérios de uso e ocupação para lotes das regiões.

²¹ Oficialização da XIX Região Administrativa do DF, através da lei nº 658.

²² Informação disponível em: <<http://segov.df.gov.br/category/administracoes-regionais/>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

²³ PDL Candangolândia - Lei Complementar nº 97, de abril de 1998.

são estabelecidas na setorização de funções e numa concepção de cidade inerte e pré-definida, devido a preservação dos anos iniciais da capital na cidade (SILVA; QUEIROZ, 2020). Como norma estabelecida através do PDL da Candangolândia, a Região Administrativa não pode conter edificações fora do seu perímetro urbano, preservando a Área de Proteção Ambiental, Zoológico e Setor de Chácaras (Figura 6).

O perímetro urbano da Candangolândia é composto por: conjuntos, quadras e setores. Portanto, tais espaços são formados por loteamentos residenciais e comerciais regularizados, incluídos no PDL. Ao considerar a aplicação das políticas de ocupação do solo e desenvolvimento urbano na Candangolândia, é necessário analisar sua extensão territorial, considerado o menor perímetro urbano do Distrito Federal.

A extensão territorial da Candangolândia configura ao total 6,61 km², sendo a área urbana correspondente a 1,27 km² e a Área de Preservação Permanente (APP) em conjunto com a Área da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB)²⁴ correspondendo a 5,34 km². Por meio do mapeamento de localização (Figura 6), é possível identificar que o perímetro urbano da RA é limitado, não havendo possibilidades para a expansão urbana além do que já está estabelecido no PDL, quando se considera as áreas não urbanas da RA.

Para além da área urbana e FJZB, a área ecológica em que a Candangolândia está inserida, contém a passagem da bacia hidrográfica do Lago Paranoá em conjunto com os córregos Guará e Riacho Fundo, fazendo parte do conjunto ecológico integrado, como ressalta Mello (2003, p. 227):

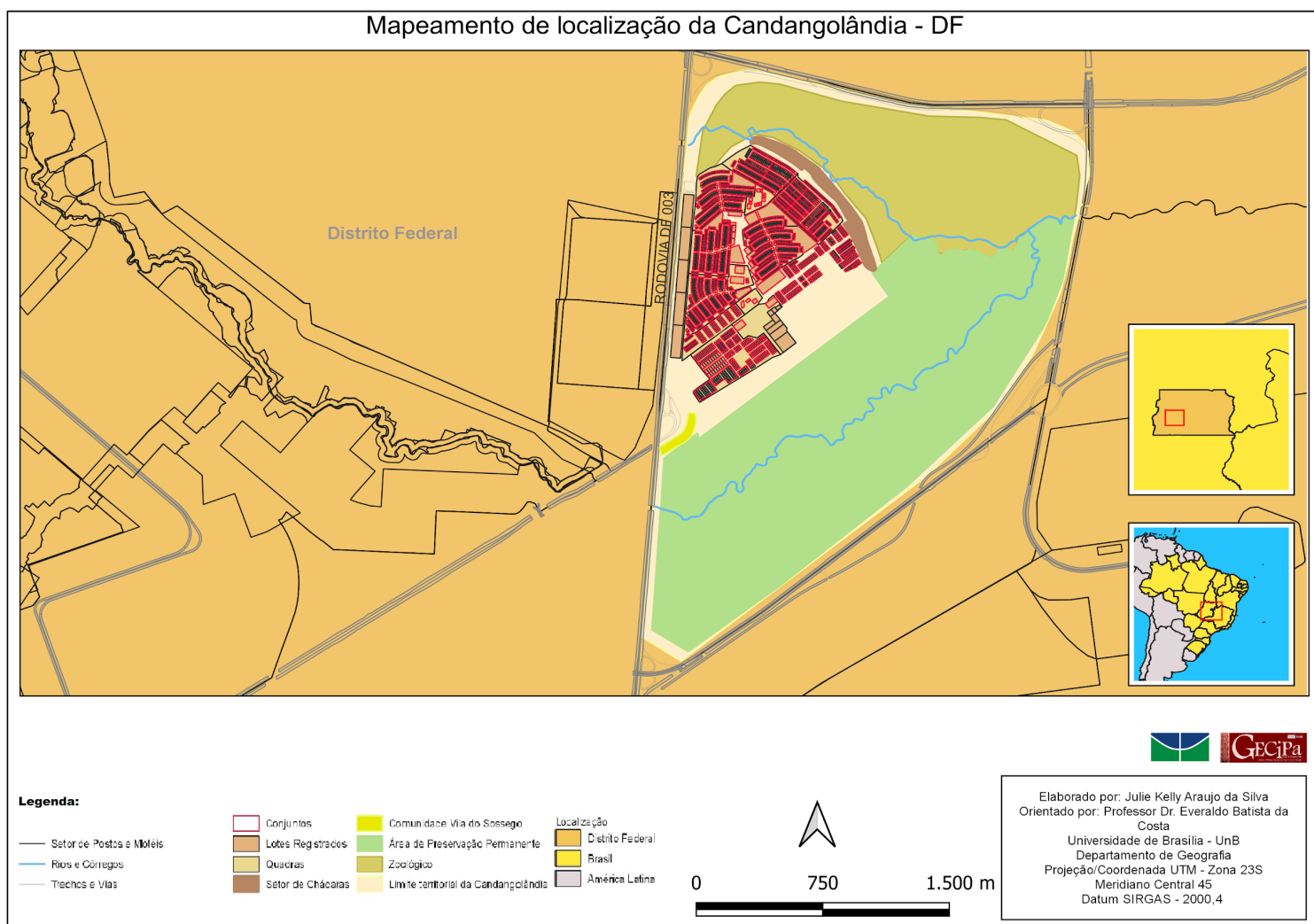
No que se refere às áreas de sensibilidade ambiental das matas ciliares, córregos e ribeirões da sub-bacia do ribeirão Riacho Fundo, elas estão incertas nas classes mais elevadas de risco. O conhecimento desse quadro levou o IEMA, desde 1988, a propor a formação de um conjunto ecológico integrado, protegido por lei, procurando unir matas ciliares dos afluentes formadores do Riacho Fundo, ao norte com a área contida no perímetro de 10km² de proteção que integra a Reserva Ecológica do Guará, o Zoológico e a Área de Relevante Interesse Ambiental do Santuário da Vida Silvestre do Riacho Fundo, prosseguindo até encontrar com a confluência entre o Ribeirão Riacho Fundo e o Lago Paranoá, onde se localiza a APA do Lago Paranoá.

Penna (2003) explica esse fenômeno ao comentar que, com a extensão do capitalismo,

²⁴ A legislação ambiental do Distrito Federal inclui a Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB), como a primeira instituição ambientalista no DF, inaugurada em 1957, com a função de conservação e preservação da fauna brasileira. Atualmente, a FJZB está vinculada com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do (SEMA), responsável por definir as políticas públicas ambientais, áreas protegidas, recursos hídricos e proteção da biodiversidade.

a totalidade do espaço, o ambiente urbano construído e natural adquirem importância cada vez maior, destacando a natureza como recurso e como valor de uso, transformando-os em áreas urbanizáveis. Através do mapeamento temático de localização, será possível visualizar a área total da Candangolândia que evidencia a área urbana inserida em um espaço ecológico.

Figura 6 - Mapeamento do perímetro urbano e não urbano da Candangolândia - DF.



Fonte: Geoportal. Sistemas de Referência de Coordenadas: SIRGAS - 2000 - Zona 23S.

O estudo, então, considera o uso do território enquanto instância social e não apenas relacionado à fixidez e à estabilidade como uma área de fronteiras definidas (HAESBAERT, 2006). Ao compreender a totalidade do território da Candangolândia, em uma perspectiva multiescalar, a RA engloba as políticas de ordenamento territorial imersas em arcabouços jurídico-normativos, ao mesmo tempo que apresenta a funcionalidade do quadro da vida social.

Assim, ressalto a noção de território a qual Santos (1994, p. 16) afirma que “o

território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. A Candangolândia será compreendida a partir da sua extensão territorial usada e apropriada por agentes e atores concretos, em conjunto com o reconhecimento dos locais passíveis de ativação popular do patrimônio-territorial.

2.2 Território usado e urbanização na Candangolândia

Em conformidade com o conceito miltoniano de *território usado*, o uso territorial da Candangolândia enquanto espaço habitado, se transforma no lugar da residência, das trocas materiais, espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1994). As dinâmicas sociais, políticas e econômicas presentes no território através de práticas cotidianas, constroem um novo espaço e um novo funcionamento do território na atualidade. De acordo com Santos (1994, p. 16):

É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria de região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e de um novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades serão domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.

Santos (1994, p. 16) afirma que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez, posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez vital, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez, e que são, cada vez mais, objetos técnicos”.

Desse modo, a totalização do território e do espaço urbano, emergem da fluidez da modernidade, apoiada nos objetos e ações concretos que constroem novos recortes e novas dinâmicas sócio-territoriais, analisadas sob a ótica do Distrito Federal.

Por meio dos trabalhos de campo realizados na Candangolândia, foi possível identificar na coleta de dados e informações, espaços de vivências coletivas, locais patrimoniais e a dinâmica totalizante do território no Distrito Federal, ocasionada por fatores políticos, econômicos e sociais. Conforme Souza (2019, p. 7) “o território só existe quando usado, praticado. Ele é a expressão histórica do espaço geográfico por nós entendido como instância social uma indissociabilidade entre sistema de objetos e sistema de ações. Indissociabilidade entre objetos e ações entendida como expressões e resultados das relações sociais.”

O território da Candangolândia, por meio da análise obtida também apresentou conflitos que se “agravam entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um

espaço global, habitado por um processo racionalizador de conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com objetos e as normas estabelecidos para servi-los” (SANTOS, 1994, p. 18). Cabe ressaltar que é no urbano que se ganha uma materialidade mais visível bem como a condição geral de existência e de reprodução social empreendida pelos atores que a promovem (OLIVEIRA, 2020), devido a urbanização do território em conjunto com a urbanização da sociedade (SANTOS, 1994).

Frente à presente dinâmica urbana do Distrito Federal, sendo esta baseada em ações de caráter jurídico-normativas no território, a prestação de serviços urbanos na Candangolândia é realizada através do GDF. Ao mencionar a prestação de serviços urbanos, sendo estes de carácter desenvolvimentista: econômico, social e institucional, de acordo com Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (2000) infraestrutura é o conjunto de estruturas de engenharia e instalações, geralmente de longa vida útil, que constitui a base sobre a qual são prestados os serviços considerados necessários para o desenvolvimento produtivo, político, social e pessoal.

O GDF, então, segue um padrão de recursos fornecidos em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, dentre eles: abastecimento de água/esgotamento sanitário; segurança pública; coleta seletiva; ensino; saúde; energia elétrica; habitação e transporte coletivo.

Conforme informações obtidas na Administração Regional da Candangolândia, os serviços públicos essenciais presentes no espaço urbano, configuram-se em cinco escolas públicas, uma Unidade Básica de Saúde - UBS (Antigo centro de saúde nº1), um Posto da Polícia Militar (PCS 022), Corpo de Bombeiros, quartel da Polícia Ambiental Florestal e Conselho Tutelar.

Ao considerar a distribuição de recursos e infraestruturas entre as Regiões Administrativas do Distrito Federal, o território da Candangolândia detém a menor quantidade de serviços essenciais básicos. A justificativa para tal limitação de recursos urbanos no território da Candangolândia, pode ser explicada de acordo com o PDAD/2018, devido o número de habitantes da RA totalizar 16.848 para a sua extensão territorial de 6,61 km².

Ao caracterizar a população urbana da Candangolândia, por meio do PDAD/2018, se obtém os dados que os moradores da Candangolândia, em sua maioria, nasceram no Distrito Federal, somando 56% da população. Entretanto, 44% dessa população que nasceu fora do Distrito Federal advém dos estados de Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Bahia e Ceará, traços da migração que ocorreu com a construção de Brasília e a ocupação do território da

Candangolândia em 1956.

Em diálogo com a totalidade do espaço urbano da Candangolândia, a RA possui em seu território diversos espaços de lazer comunitário, como quadras, campos de futebol, praças multiuso e áreas verdes entre as quadras residenciais. Bramante (2007) comenta que a Lei Orgânica do Distrito Federal, concebe o lazer como um direito social do cidadão, fundamentado nos princípios da livre escolha, participação espontânea, incentivo à criatividade e ocupação prazerosa do tempo disponível.

Assim, os espaços comunitários na RA também incluem o Centro de Lazer Praça do Bosque, Praça dos Estados, Praça da Bíblia, Praça dos Pioneiros, Grupo Escoteiro Candango (16°/DF), Salão Comunitário, Ginásio Poliesportivo, Biblioteca Pública e Feira Permanente. De acordo com informações da Administração Regional, os sujeitos locais da Candangolândia utilizam ativamente esses espaços coletivos, podendo ser considerados importantes componentes da vida social na RA.

O território usado da Candangolândia como sinônimo de espaço vivido (SANTOS, 1994), atrelado aos locais coletivos e serviços de infraestrutura urbana, mantém diálogo com as diversas funcionalidades do território. Em razão do exercício da vida cotidiana ser praticado nesses espaços urbanos que concentram as demandas da comunidade local, o uso do território adquire características enquanto instância social, expressadas também por meio do lugar (SILVA; QUEIROZ, 2020).

Ao dialogar com os usos do território, Souza (2019, p. 7) afirma que “há produção dos usos do território historicamente produzidos, que resultam em paisagens visíveis a olho nu, até onde a vista alcança. Esta também é outra questão que fundamenta a discussão aprofundada sobre os processos de preservação do patrimônio urbano ou mesmo natural!”

Contudo, o espaço urbano da Candangolândia, também resulta do processo acelerado de urbanização no Distrito Federal, evidenciando a lógica excludente do ordenamento territorial da RA. De acordo com o PDAD/2018, a renda domiciliar da RA está estimada em R\$ \$ 4.051,7, resultando em um valor médio por pessoa de R\$ 1.434,06. A dinâmica econômica que permeia sobre os territórios, auxiliam a engendrar a lógica capitalista no mesmo, como comenta Costa (2011, p. 3):

A principal renda existente no caso urbano é a renda de monopólio, que rebate no preço da terra e agrega os outros dois componentes. Essas questões preliminares conduzem-nos ao pensamento sobre o planejamento de cidades e os instrumentos urbanísticos, bem como os diagnósticos possíveis no movimento contraditório da

produção do urbano e da valoração simbólica e imaginária construída sobre as cidades com o apoio técnico-científico e da informação.

É comum no Distrito Federal que algumas Regiões Administrativas sejam consideradas de “classe média alta e/ou média” para além do Plano Piloto. Ao analisar a Candangolândia sob essa perspectiva, observa-se que também possa se enquadrar nessas áreas de classe média, pois, ainda de acordo com o PDAD/2018, as residências contabilizam 88% de lotes regularizados. Do percentual total de residências, 57,2% desses lotes quitados ou próprios, e possuem 97,7% de infraestrutura domiciliar nesses loteamentos, como pisos de cerâmica, madeira, parede externa de alvenaria com revestimento e telhas, o que eleva preço dos loteamentos e, conseqüentemente, o valor da terra urbana (Figura 7).

Ao falar sobre o valor da urbana no Distrito Federal, ressalto que o valor da terra está vinculado ao mercado financeiro, que tem como propulsor o mercado imobiliário que favorece novos usos do espaço urbano, e às vezes o processo de gentrificação que ocorre em algumas RAs: Águas Claras, Guará e Taguatinga. Assim, a expansão do crédito habitacional, como fato que favoreceu o mercado imobiliário e novos usos do território é:

O crescente acesso ao mercado de capitais pelas incorporadoras, advindos do amadurecimento do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) e as características auspiciosas do cenário econômico nacional naquele momento (expansão do crédito habitacional subsidiado e do emprego formal) provocaram um ambiente propício ao desenvolvimento destas empresas e à complexificação das relações econômicas entre as empresas do circuito superior no ramo imobiliário da economia. (BOSCARIOL, 2020, p. 235)

Em diálogo com Costa (2011) e em consonância com o que afirma Boscariol (2020), o mesmo capital financeiro também monopoliza determinados espaços das cidades, entretanto “o capital imobiliário é um falso capital, visto que o mesmo não se origina na atividade produtiva, mas na monopolização dos acessos, das mobilidades e das localizações intra urbanas; o capital imobiliário é um “valor” que se valoriza pelo poder do monopólio reproduzido nas cidades” (COSTA, 2011, p. 2).

Penna (2003) comenta que o ambiente construído da cidade é um espaço que possui uma localização política intencional gerida pelo Estado e o mercado. O que faz com o que um espaço seja produtivo, de acordo com Penna, é o seu uso, mesmo em locais “vazios” eles também possuem a mesma intencionalidade e subordinação aos interesses de valores.

Figura 7 - Loteamentos das Quadras Residenciais, Candangolândia - DF.



Fonte: acervo da autora, janeiro de 2020.

O território da Candangolândia contrasta em duas realidades, referente ao centro da RA e os locais excluídos/segregados. As quadras residenciais possuem residências padrão “classe média alta”, enquanto os locais socialmente vulneráveis²⁵ evidenciam a segregação do território, exibindo a dicotomia entre os espaços que são “assistidos” pelo GDF e os que ainda buscam pela regularização de suas residências.

Os espaços segregados no território da Candangolândia ocupam a “borda” da RA, localizados no Setor de Chácaras (Figura 8) e Comunidade Vila do Sossego. Como problemática ao afastamento do centro, os sujeitos que residem nesses locais, conseqüentemente, sofrem com a privação ou a dificuldade de mobilidade urbana pela cidade, resultando em imobilidade social, impossibilidade de acesso a bens e serviços sociais (ALVES, 2013).

O Setor de Chácaras é o perímetro urbano da Candangolândia com residências mais distantes do centro da RA e da DF-003 (o mapeamento será apresentado mais à frente). Neste local da RA, não se tem acesso ao transporte público, comércio e recursos básicos próximos, necessitando realizar o deslocamento diário até o centro ou DF -003 para usufruir de tais serviços na RA.

²⁵ Na América Latina e no Caribe, os dados indicam que existem sérias vulnerabilidades: socioeconômicas (pobreza e desorganização da comunidade), político-institucional (centralização do poder e obsolescência das instituições), cultural-educacional (estigmas e estereótipos comportamentais), ecológico-ideológicos (concepção e experiência no território) e informações técnico-informativas (setorização exclusiva de tecnologias e informações), dentre outras. (Costa, 2018, p. 8-10)

Figura 8 - Setor de Chácaras, Candangolândia - DF.



Fonte: acervo da autora, janeiro de 2020.

As moradias localizadas na Vila do Sossego (Figura 9), são oriundas de uma ocupação irregular e estão apartadas de infraestrutura urbana como pavimentação, saneamento básico, energia elétrica e a regularização das residências. A área do Setor de Chácaras, incluída no PDL da Candolândia, possui os serviços básicos de infraestrutura (energia elétrica, saneamento básico, regularização das residências), contudo, a carência urbana presente nesta área da Candangolândia, consiste na falta de pavimentação nas ruas, atividades comerciais próximas e escassez de transporte público. Evidencia-se, assim, o descaso do GDF com os locais afastados do “centro” da Candangolândia, ocasionando na negligência do direito à cidade. Como afirma-nos Silva e Queiroz (2020, p. 261):

O uso do território, nos locais segregados da Candangolândia, materializa-se de modo precário, pois não há o fornecimento de serviços básicos como saneamento, energia, água potável, ruas pavimentadas e o reconhecimento dos moradores como sujeitos locais. O processo de segregação do espaço urbano expõe a valorização da cidade enquanto centro urbano e Região Administrativa do Distrito Federal, concentrando serviços, infraestrutura e práticas comunitárias de lazer para uma parcela da população.

Entretanto, não apenas nos espaços segregados, a problemática urbana da Candangolândia também envolve as áreas centrais da RA, devido a escassez de transporte público. É necessário o deslocamento dos moradores da Candangolândia até a Rodovia (DF -

003), para acessar outras linhas de transporte que vem de RAs da EPNB e outras, como Gama, Santa Maria, Park Way e cidades do Entorno do Goiás.

Cabe salientar que a apropriação e usos da terra urbana do Distrito Federal, desde a inauguração de Brasília, revela uma paisagem complexa e desigual. Apesar das políticas de gestão do território, presentes desde 1990 no DF com o objetivo de homogeneizar o espaço urbano do Distrito Federal, não conseguem evitar a fragmentação do território e a formação de núcleos periféricos que se formam em volta das RAs.

Figura 9 - Vila do Sossego, Candangolândia - DF.



Fonte: acervo da autora, janeiro de 2020

Penna (2003, p. 66) afirma que “o governo perde o domínio sobre a periferia porque não foi capaz de transformar as orientações e as concepções adotadas pela economia de mercado ao tomar para si a propriedade pública do DF, atribuindo-lhe outros papéis, funções e condições que a tornassem realmente livre das especulações e do mercado”, ou seja, o vínculo que a terra urbana do DF possui com a especulação do capital, reforça ainda mais a contradição do espaço urbano, ao segregar espaços e valorar os que são mais rentáveis aos interesses do Estado.

Ainda que complexo, o urbano do Distrito Federal segue o mesmo padrão no território para eleger no público e privado o que é considerado legal, ilegal, planejado, não planejado, centro e periferia (PENNA, 2003), acarretando em espaços exacerbadamente desiguais, submetidos a uma lógica excludente de ocupação do território. Como exemplo, apesar de ser o menor perímetro territorial do Distrito Federal, a Candangolândia apresenta em seu espaço

urbano os mesmos conflitos que estão presentes em RAs que detém maior extensão territorial.

De acordo com Penna (2003, p. 69) “o poder do estado, enquanto lugar e meio de reprodução das relações sociais, reproduz o espaço urbano de acordo com as relações sociais que o suportam. Com as regularizações, o poder político intervém para modificar e transformar o espaço, com o objetivo de controlar o todo, porque modifica as relações de domínio e de poder sobre o território para atender aos seus propósitos”. Dessa forma, cabe aos sujeitos locais se apropriar desse território enquanto instância social, para, assim, modificar as relações de poder hierarquizadas e o concretizar enquanto território usado e espaço de todos.

2.3 Território usado e os circuitos da economia urbana na Candangolândia

Santos (2000), afirma que as horizontalidades e verticalidades são fatores de natureza totalizante, assim, a análise neste território se faz através do espaço de todos, sendo este o local das empresas, instituições, pessoas e espaços de vivências.

Portanto, ao analisar o espaço urbano da Candangolândia enquanto local das vivências sociais e coletivas, deve ser ressaltado que o mesmo é sede para os conflitos políticos e econômicos presentes no território, levando em consideração que cada momento da história tende a produzir uma ordem espacial, que se associa a uma ordem econômica e uma ordem social (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Ao analisar o capital financeiro na Candangolândia, cabe um parênteses para explicar sobre as horizontalidades e verticalidades mencionadas no começo deste capítulo. As verticalidades podem ser definidas no território como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos, com tendência a prevalecer os interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais. As horizontalidades podem ser definidas como o espaço banal, se diferindo do espaço econômico, sendo este espaço banal o espaço das empresas, instituições e pessoas; espaço das vivências ou espaço de todos (SANTOS, 2000).

Não diferindo das grandes cidades brasileiras, as Regiões Administrativas do DF também estão inseridas no circuito do capital financeiro. Ao considerar as verticalidades presentes no território, as áreas urbanas dessas regiões seguem a lógica capitalista do mercado, visando o acúmulo financeiro no território, como afirma Oliveira (2020, p. 47):

Com sua recente – e crescente – inclusão nos circuitos do capital financeiro, o espaço passa a ser objeto da estratégia para o acúmulo do capital. Uma das consequências deste processo é a crescente dependência do espaço urbano em relação ao capitalismo, tendo em vista a produção e o consumo do espaço nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. O espaço deixa de ser um elemento passivo, na produção do capital. Ele passa a ter um papel ativo, uma vez que passa a mover o desejo dos indivíduos de consumi-lo. Torna-se imprescindível compreender como o espaço, agora ativo, é estruturado como espaço urbano

Santos e Silveira (2001), consideram que as atividades econômicas estão fortemente vinculadas ao território, e considero aqui também o próprio circuito financeiro, devido a dependência social e material de determinadas áreas, ocasionadas pelo vínculo de suas

particularidades e tipologia:

Sem dúvida, o território como um todo e as cidades em particular acolhem uma tipologia de atividades. Muitas delas são mais fortemente relacionadas com o próprio território, e, portanto, mais dependentes da sociedade próxima e das virtualidades materiais e sociopolíticas de cada área, o que permite a horizontalização de cada área. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 291)

O território da Candangolândia está localizado a 12 km de distância do Plano Piloto (local detentor do maior índice per capita do país), e, apesar da proximidade de Brasília com a Região Administrativa da Candangolândia, ambas se distinguem nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas do território.

As atividades econômicas realizadas no centro da Região Administrativa são caracterizadas por serem de baixo impacto, ou seja, o comércio local possui baixa geração de valor. Desse modo, o centro da Candangolândia não está configurado em um espaço reservado a empresas dotadas de maior poder econômico e político (SANTOS; SILVEIRA, 2001), estas estão fora do centro, como se verá.

O comércio presente nas quadras e conjuntos da Candangolândia está estruturado apenas para atender às necessidades básicas de seus moradores, ocorrendo uma concentração de atividades na Avenida Central (Rua dos Transportes). A Avenida Central (Figura 10) apresenta os serviços essenciais populares: mercados, farmácias, padarias, restaurantes, lanchonetes, salões de beleza etc. As atividades realizadas no centro da Candangolândia, então, podem ser consideradas como circuitos inferiores da economia urbana, conforme Santos e Silveira (2001, p. 290):

Podemos também considerar, a existência de divisões do trabalho segundo lógicas escalares diversas, desde a local até a global, passando pela nacional. Simplificando, dir-se a que certas atividades, ou empresas, ocupam o território a partir de lógicas globais, outras operam segundo lógicas que não ultrapassam as fronteiras nacionais, mas incluem vastas áreas do território, enquanto ainda outras, como as atividades do circuito inferior da economia, são limitadas a áreas menores, frequentemente intra-urbanas.

Devido ao perímetro urbano da RA ser limitado, próximo a Rua dos Transportes, está a quadra do Setor de Oficinas (QOF), atuando na região por meio de estabelecimentos que prestam serviços mecânicos que auxiliam a impulsionar o comércio local. A quadra do Setor

de Oficinas (Figura 11), possui 9 conjuntos comerciais agregando os microempreendedores das oficinas, onde também ocorre uma crescente especulação imobiliária no local, com o aluguel de apartamentos e kitnets na parte superior desses loteamentos.

Figura 10 - Área comercial da Avenida Central, Candangolândia - DF.



Fonte: acervo da autora, janeiro de 2020.

Figura 11 - Estabelecimentos com apartamentos na parte superior, Setor de Oficinas Candangolândia - DF.



Fonte: acervo da autora, janeiro de 2020.

Trago a observação, que o mercado imobiliário citado neste caso, não está estritamente ligado ao crédito de financiamento dos loteamentos (kitnets e apartamentos) com

o auxílio do Estado. Saliento que a relação estabelecida entre o locador e locatário com relação a esses imóveis se dá de maneira informal, ou seja, o valor da terra urbana se torna negociável entre ambos.

A localização, nesse contexto, é um fator importante para a demanda e procura dos aluguéis, devido a proximidade da RA com o Plano Piloto. Villaça (1998, p. 23) afirma que a “localização urbana é um tipo específico de localização: aquela na qual as relações não podem existir sem um tipo particular de contato: aquele que envolve deslocamentos dos produtores e dos consumidores entre os locais de moradias e os de produção e consumo”.

Ao considerar a totalidade do território da Candangolândia, para além das atividades comerciais e imobiliárias presentes no centro da RA, a região também possui as margens da Rodovia DF - 003 o Setor de Postos e Motéis (SPM). O SPM (Figura 12) é composto por serviços que atendem a indústria automotiva e o lazer, como exemplo, o SPM possui postos de combustíveis e motéis ao longo das duas vias da rodovia, agregando fast-foods, concessionárias e montadoras multinacionais.

Figura 12 - Setor de Postos e Motéis (SPM) na Rodovia DF - 003.



Fonte: Acervo da autora, janeiro de 2020.

As atividades presentes no SPM atendem em maior demanda os sujeitos que passam pela Rodovia e utilizam algum desses serviços. A Rodovia DF - 003 está conectada com as cidades da saída sul do Plano Piloto e também com o Entorno Sul do Distrito Federal, o que gera nesta área um intenso fluxo diário de usuários do transporte público.

Como já mencionado, no centro da RA se tem a problemática urbana da escassez de transportes coletivos, ocasionando no deslocamento diário dos moradores da Candangolândia até o SPM para usufruir da mobilidade urbana. O SPM, então, possui mais linhas de transportes públicos, por ser “caminho” de várias Regiões Administrativas e Entorno para o Plano Piloto. Assim, além dos moradores da Candangolândia utilizarem esse espaço como “ponto de ônibus”, a prática também é realizada por moradores do Entorno e RAs localizadas na EPNB.

Neste contexto, analisando a dinâmica e os serviços presentes no SPM, compreende-se que o Setor é o local com maior impacto econômico e circulação da Candangolândia, devido a esses estabelecimentos atenderem uma demanda maior de sujeitos, incluindo os moradores da Candangolândia, de outras RAs e cidades. Ao considerar o debate de Boscariol (2020), que se fundamenta em Milton Santos, o local também pode ser considerado um circuito superior puro da economia, por possuir grandes empresas multinacionais que assumem um papel homogeneizador no sistema capitalista, devido ao sistema de fluxos interagir em escalas local, nacional e global.

O circuito superior puro é formado por grandes empresas e corporações que assumem posição hegemônica no sistema capitalista, controlando fluxos de matéria e de informação na escala global, submetendo as demais empresas aos seus interesses. (...) A lógica de acumulação das empresas do circuito superior puro é a da concentração do capital tal e a implementação de suas estratégias visa a formação do maior excedente possível. Grandes grupos econômicos oligopolistas/monopolistas, a desconcentração espacial de atividades e a centralização do comando, a eliminação da propriedade de fábricas e lojas e da responsabilidade direta sobre a produção e a comercialização (através de franquias e da terceirização) fazem parte dos expedientes destas empresas. (BOSCARIOL, 2020, p. 237)

Ao comparar as atividades comerciais do circuito inferior da economia (Centro da RA) com as atividades realizadas no circuito superior (SPM), cabe ao debate discorrer sobre a influência do capital financeiro nesse ponto específico da Candangolândia. Como afirma-nos Santos e Silveira (2001, p. 295) “o poder do uso do território é, pois, diferente conforme a importância das empresas. Tal poder tanto se exerce frente ao processo direto da produção - isto é a sua fração técnica, segundo a qual as empresas utilizam seções do território - quanto no que se refere aos processos políticos ou a fração política da produção, constituída pela circulação, distribuição e consumo e mediante a qual o território é utilizado como um todo”.

Este fenômeno pode ser explicado de acordo com Harvey (2005), ao afirmar que o empreendedorismo público oferece infraestruturas para o privado se concretizar (se tornando uma base). Por essa razão, o Estado está mais interessado em empreender em certos pontos do território, onde se tem maior circulação de capital, e, conseqüentemente, a valorização da terra urbana. Como exemplo, as margens da Rodovia DF -003, ao ter a influência do mercado global (marcas e bandeiras internacionais) apenas neste ponto específico do território da Candangolândia.

Harvey (2005, p. 173) comenta que “em primeiro lugar, o novo empreendedorismo tem, como elemento principal, a noção de “parceria-público-privada”, em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos direto ou novas fontes de emprego”.

Assim, os conflitos presentes no território da Candangolândia revelam a fragmentação dos espaços em razão dos interesses do Estado. O território, então, se vincula e atende as necessidades da modernidade capitalista, que interfere diretamente em dinâmicas sociais, políticas e econômicas do urbano. A fragmentação que ocorre em detrimento do capital monopolista, de acordo com Costa (2011, p. 4), também ocorre devido a extensão horizontal-vertical das cidades:

O processo especulativo decorre da extensão horizontal-vertical das cidades, com a implantação diferencial dos serviços coletivos que produzem a particularidade das localizações. O capital monopolista urbano agrava a diferenciação e, conseqüentemente, faz emergir a cidade econômica em vias da privatização, em detrimento da cidade social do coletivo. Logo, os produtos da escassez se afirmam vigorosamente e, com isso, ampliam-se as diferenças entre setores urbanos diante de uma urbanização corporativa (gestada pelos interesses das grandes empresas, que se expandem e consomem os recursos públicos depositados na infra-estrutura que as atendem.

Atendem-se, assim, os interesses dos empresários, comerciantes, moradores com alta renda domiciliar e do Estado, este que direciona os recursos para locais específicos no território (SILVA; QUEIROZ, 2020). Deve ser feita a problematização sobre a gestão do território atrelada aos interesses capitalistas que, muitas das vezes, minimiza as carências e as mazelas do próprio território e do espaço urbano.

Em vista disso, o novo empreendedorismo urbano se apoia (cada vez mais) na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da

construção especulativa do lugar em vez de melhorias nas condições num território em específico (HARVEY, 2005).

A circulação do capital baseada na competição entre as empresas e os lugares, então, gera na gestão territorial a fragmentação do mesmo, devido a tendência do capital influenciar diretamente na aplicação de políticas públicas e na distribuição seletiva de infraestruturas no território.

Neste caso, a fragmentação é revelada pelos espaços segregados da Candangolândia, ao não possuírem infraestruturas suficientes e nem mesmo o interesse do GDF em regularizar as áreas de ocupadas pela população empobrecida, resultando em um acumulativo de áreas urbanas precarizadas que se expandem cada vez mais no Distrito Federal; a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Ainda em diálogo com o território usado e apropriado pelos sujeitos, no item seguinte deste estudo o foco será na materialização do território, não apenas como o detentor da economia de mercado e políticas normativas, mas, sim, o território realizado através das práticas cotidianas e dos seus sujeitos locais, por meio de um patrimônio-territorial (COSTA, 2016, 2017, 2018, 2020), revelador da força, dos desejos e da duração dos sujeitos situados, de forma que “a comunidade é, em verdade, a gestora-empreadora e a beneficiária real do turismo, a representante protagonista da formação territorial latino-americana nesse novo processo de valoração espacial da cultura nas periferias” (COSTA, 2017, p. 68).

3 PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E USOS DO TERRITÓRIO

3.1 Locais de ativação popular do patrimônio-territorial na Candangolândia

De acordo com o IPHAN²⁶, Brasília foi o primeiro conjunto urbano construído no século XX a ser reconhecido pela Unesco como Patrimônio da Humanidade, tendo como característica uma das maiores realizações urbanísticas do século passado, devido ao tempo curto em que Brasília se ergueu.

Brasília, a cidade modernista, teve o seu conjunto urbanístico declarado como Patrimônio Cultural da Humanidade em 07 de dezembro de 1987, assim, o território da Candangolândia também está incluído na área tombada de Brasília (pelo IPHAN), que agrega o Plano Piloto, Cruzeiro e Sudoeste/Áreas Octogonais e Candangolândia.

Dialoga-se o uso do território enquanto sinônimo de espaço vivido ou espaço banal (SANTOS, 1994) e o patrimônio-territorial como elemento de arte, cultura e vivências situadas na periferia, bem material imaterial ainda em realização espacial no continente latinoamericano (COSTA, 2017), e através dos trabalhos de campo, foi possível identificar os locais de uso da comunidade e resistências na Candangolândia.

Costa (2016, p. 3) afirma que “a universalização cultural e natural impingidas pela Unesco projetam discursos e programas de municipalidades que definem singularidades para internacionalização. Porém, a noção universalidade e a determinação em executá-la conduziram à universalização enquanto processo que acirra diferenças socioterritoriais”. Nesse ponto, cabe entender que a Candangolândia é uma singularidade frente a universalidade dita sobre o Plano Piloto de Brasília, o que significa dizer que, juntas, integram uma totalidade dinâmica de valores, ações e objetos.

O conceito de patrimônio-territorial valoriza o que E. Costa entende, ainda, como território de exceção²⁷, sendo este signo das mais diversas resistências populares, mas que representam os diversos elementos da vida cotidiana dos sujeitos, frente à vulnerabilidade e às

²⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

²⁷ Em Costa (2020) há a diferenciação entre o que o autor trata por território de exceção (no viés epistemológico geográfico da existência, em relação ao que Haesbaert discute como territorializações de exceção, este último no viés do filósofo italiano G. Agamben. Sujeitos, aglomerados, objetos e saberes (não só a pobreza) constituem territórios de exceção na América Latina e, assim, também em Brasília. “Cultura que recupera e denuncia o destino dos povos negros, indígenas e suas gerações usurpadas, mas ainda espacializadas, no continente. Falar num negligenciado patrimônio latino equivale a fazer representar, também, os designios da opressão no e do território. Se, na história social, cada ato de destruição encontra a sua resposta (cedo ou tarde) num ato de criação (Galeano 2005), é possível dar visibilidade às resistências ao processo construtivo-destrutivo das atividades econômicas modernas no continente, especialmente as que se vinculam à agricultura e à industrialização passadas” (COSTA, 2017, p. 61).

potencialidades da vida situada.

Costa (2016) fala em utopismos do patrimônio-territorial, como uma alternativa para a valorização dos sujeitos e locais e seus territórios na América Latina, como exemplo: tradições, objetos, elementos artísticos, fazeres e saberes populares, que podem não estar inseridos na lógica da universalização que define o que é, institucionalmente, patrimônio. É importante reforçar a ideia de que o patrimônio-territorial significa a herança espacializada ou imaginada (conscientizada) da história de lutas populares pelo território, o que é bem revelado na história da nova capital, os candangos, pioneiros e população atual.

O utopismo patrimônio-territorial é a base para os utopismos patrimoniais singularista e existencialista, pois a localização e a situação dos subalternizados, no continente, decorre dos escombros da colonialidade mimetizada no discurso de universalidades ideologicamente impostas. Serão debatidas alternativas preservacionistas ante a urbanização e a construção social de riscos, na América Latina, sendo o sujeito e seu acervo memorial situados declarados como a possibilidade concreta do devir patrimonial contra as hegemonias ideológicas que perduram da colonialidade. (COSTA 2016, p. 10)

Ao considerar o patrimônio-territorial da Candangolândia, deve ser lembrado que, no ano de 1957, foi realizada a primeira missa em solo candango, antes mesmo da inauguração da capital (1960). A Igreja São José Operário erguida com madeira no território da Candangolândia, abrigou em um local fechado os operários da construção, membros do governo e Juscelino Kubitschek, em vista disso, oficialmente, a Candangolândia possui a Igreja como patrimônio tombado pelo IPHAN no ano de 1998²⁸.

A Igreja possui esse nome em alusão ao Santo dos Operários, homenageando também os pioneiros e operários da construção da capital, como representativo dos elementos singulares da história, registrada em símbolos territoriais resistentes às contradições espaciais forjadas pela modernidade, parafraseando Costa (2017).

Entretanto, a Igreja São José Operário, no ano de 1996, fechou as portas para a comunidade, devido a irregularidades em sua estrutura, que, por ser antiga possuía riscos para frequentadores, devido ao desgaste da madeira no piso e nas paredes. Após 18 anos, no ano de 2014, a Igreja São José Operário retomou suas atividades, em razão da reforma feita pelo GDF ao estruturar novamente o monumento histórico, mas preservando sua característica original de 1957 (Figura 13). A Igreja, então, ganhou pisos novos, recuperação da madeira

²⁸ Decreto N° 19.960, 29 de dezembro de 1998.

desgastada, estruturas elétricas e de incêndio, custando ao Estado o valor de 324,3 mil reais.

Cabe problematizar com Costa (2015), em “Cidades da patrimonialização global” a influência do mercado em espaços patrimoniais e o processo de preservação dos bens culturais, devido a universalização do patrimônio urbano aparecer, como uma dominação dos territórios de identidade por parte dos agentes públicos e privados hegemônicos (COSTA, 2015).

Desse modo, há um “princípio diretor para a conservação e a gestão dos bens do Patrimônio Mundial, na lógica, então, da preservação para a mercantilização. Há também por parte da Unesco, a crescente importância dada ao conceito de *paysage urbain historique*, como estratificação de dinâmicas anteriores e atuais que envolvem o ambiente natural e construído, o patrimônio material e imaterial” (COSTA, 2015, p. 171).

Figura 13 - Igreja São José Operário, Candangolândia, DF.



Fonte: Acervo da autora, janeiro de 2020.

Ao analisar a Igreja São José do Operário e os outros locais simbólicos presentes na Candangolândia, deve-se considerar que, os espaços que contém homenagens aos pioneiros da capital, presentes na Candangolândia, remetem ao uso do território enquanto processo social que abarca o nacional e o local (SILVA; QUEIROZ, 2020), ocasionado pela intensa migração para o Centro-Oeste com a construção de Brasília, e, conseqüentemente com a formação do território da Candangolândia.

A representatividade das Unidades Federativas na Candangolândia está presente em

diversos setores do território. Na entrada da cidade, há uma praça para homenagear todos os pioneiros da capital federal, denominada Praça dos Estados²⁹ (antiga Praça das Nações), ergue em seu local 26 bandeiras dos estados brasileiros e do Distrito Federal, contendo uma pintura da bandeira do Brasil no centro. Conforme informações da Administração Regional da Candangolândia, a Praça tem como finalidade a realização de eventos culturais devido o seu local ser extenso. Contudo, próximo a Praça dos Estados também contém a Alameda dos Pioneiros (Figura 14), local que homenageia os primeiros moradores da Candangolândia, com seus nomes escritos em placas de metal no centro de troncos de madeiras (SILVA; QUEIROZ, 2020).

Figura 14 - Alameda dos Pioneiros, Candangolândia, DF.



Fonte: Acervo da autora, janeiro de 2020.

Costa (2017) afirma que os vínculos sociais identitários com o território envolvem a realização da vida em diferentes escalas e específicos grupos, ou seja, a experiência espacial do sujeito. Assim, o território da Candangolândia tem como vínculo identitário o pioneirismo na construção de Brasília, acarretando em locais que simbolizam a construção do território enquanto histórico, e também, um local social de práticas cotidianas que são definidas pelo uso que os sujeitos fazem nesse território, na dimensão do sujeito concreto, como convida o patrimônio-territorial.

Desse modo, o lazer na Candangolândia se estrutura de acordo com as necessidades

²⁹ Criada oficialmente por meio da Lei Distrital n° 3525, de 03 de janeiro de 2005.

culturais e sociais da comunidade, que são expressas por meio do lugar. Como exemplo, a Praça do Bosque (Figura 15) tem diversas funcionalidades enquanto local de uso e apropriação da comunidade, agregando jovens, adultos e idosos, pois contém churrasqueiras, quadra esportiva, pista de skate, transfigurando-se também em um espaço de encontro entre os pioneiros da cidade e jovens no início do dia e fim da tarde.

Entretanto, a Praça dos Pioneiros e Praça da Bíblia, não possuem a mesma infraestrutura esportiva que contém a Praça do Bosque, possuindo apenas bancos de concreto e um monumento ao centro. As Praças estão localizadas na Q1 e QR 1A, sendo uma alternativa para a comunidade se reunir e praticar o lazer no território.

Figura 15 - Praça do Bosque, Candangolândia, DF.



Fonte: Acervo da autora, janeiro de 2020.

O Salão Comunitário da Candangolândia, enquanto local de uso para os moradores, representa o simbolismo de bem-estar e saúde coletiva na cidade, fornecendo gratuitamente, por meio da Administração Regional da Candangolândia, aulas de dança, ginástica e capoeira. Ressalto que o foco passa a ser nos desejos e nas necessidades dos sujeitos situados em territórios de exceção detentores do patrimônio-territorial. A comunidade é, em verdade, a gestora-emprededora e protagonista das especificidades das formações territoriais latino-americanas, nesse novo processo de valoração espacial da cultura nas periferias (COSTA, 2017).

Ao alinhar com as ideias de Costa (2017), fica claro que a comunidade passa a ser a detentora e protetora do patrimônio-territorial que é próprio, ou seja, reconhecedora de sua história situada, bem como de suas heranças, para além da vulnerabilidade do lugar; a Feira Permanente da Candangolândia (antiga feira livre) é vista como um local importante na cidade e da gente local. No Distrito Federal, as feiras permanentes estão presentes no território desde os anos iniciais da capital, assim como comenta o Iphan em “Um estudo sobre as feiras permanentes em Brasília”:

Prática social ancestral, não prevista no Plano de Brasília, as feiras surgiram sempre por meio de uma ocupação espontânea, muitas vezes em conflito com o poder público. Seu espaço múltiplo permite a inserção de grupos socialmente alijados e a garantia da permanência de ofícios artesanais e saberes tradicionais, tornados presentes e acessíveis na paisagem urbana da cidade. Permanentes ou temporárias (semanais, cíclicas, informais), as feiras se espalharam pelo tecido do território e se impuseram como um traço na capital do país. Muito da melhor tradição da cultura popular e mesmo da cultura dita alternativa encontrou acolhida nas feiras de Brasília. (IPHAN, 2007, p. 10)

Desse modo, a Feira Permanente da Candangolândia (Figura 16), está presente na Região Administrativa desde a chegada dos pioneiros na nova capital, quando se formou o acampamento da NOVACAP. Atualmente, a Feira ainda é um local de encontro para os moradores mais antigos da RA, abarcando também toda a comunidade da Candangolândia, devido a diversidade de produtos oferecidos, bares e restaurantes.

A Feira reúne as diversas culturas e especiarias dos estados brasileiros com comidas típicas, ervas, artesanato, roupas e utensílios de uso cotidiano, como panelas, vassouras, baldes geralmente feitos de materiais naturais ou reciclados. Para Costa (2017), a feira é um local passível de ser entendida como patrimônio-territorial, ao afirmar que a existência de materialidades móveis e imóveis (arquitetura, lugares da natureza, espacialidades sagradas, locais de encontros tradicionais como feiras livres e antigas praças, o espaço público etc.) remete ao processo de identificação dos sujeitos com o espaço vivido (COSTA, 2017).

Figura 16 - Entrada da Feira Permanente, Candangolândia, DF.



Fonte: Google Maps, novembro de 2020.

Para além das diversas culturas e produtos que as Feiras podem oferecer, é importante também ressaltar que a Feira é um espaço de solidariedade e vivências entre os feirantes e a comunidade que constroem em conjunto o simbolismo do local. De acordo com o IPHAN (2007, p. 10-11):

A feira instaura um lugar em que formas horizontais de sociabilidade e de solidariedades são possíveis. Espaço público, isto é, uma construção social, lugar em que os indivíduos transformam-se em sujeitos capazes de exercer sua palavra, lugar que incita a interação, por meio de associações, redes de parentesco, vizinhança ou de profissionais. É ainda como espaço público construído pela experiência dos próprios feirantes que a feira ganha significado como lugar de trocas, que dota de um sentido de pertencimento uma comunidade específica, os feirantes, que participou ativamente da história de construção de cada feira.

Conforme Santos (1994), o território usado enquanto lugar das trocas materiais, espirituais e do exercício da vida, também irá agregar tradições e práticas comunitárias que recriam os espaços locais; isso justifica o alinhamento deste conceito com o de o conceito de patrimônio-territorial, que vai enaltecer os sujeitos como protagonistas na história do território e, no caso, na história da Região Administrativa da Candangolândia.

Como exemplo das horizontalidades e verticalidades, na dinâmica e produção do território, tradicionalmente, comemora-se a festividade do São João por meio do “arraiá da Candanga”, festa que ocorre anualmente na Praça dos Estados no mês de julho ou agosto. A

festividade agrega toda a comunidade da Candangolândia e também da RA vizinha Núcleo Bandeirante, o evento oferece comidas típicas, decoração tradicional do Nordeste, bingo, feira de artesanatos, touro mecânico, fogueira de São João e tem como principal atração shows de forró e sertanejo para a comunidade.

Para além das festividades do São João, como tradição na RA, tem-se o evento Circuito Cultural dos Pioneiros, promovido por meio da Administração Regional com o apoio do Governo do Distrito Federal. Durante três dias o evento realiza a apresentação de grupos artísticos, shows com bandas locais e passeio ciclístico para a comunidade.

Cabe o destaque para a comemoração do aniversário Candangolândia (Figura 17), que tem como característica ser um evento grande que agrega toda a comunidade. Comemorado na data 03 de novembro, o aniversário da RA celebra o pioneirismo da Candangolândia no DF com uma missa na Igreja São José Operário, atividades culturais no Centro de Lazer Praça do Bosque e Forró na Feira Permanente.

O Desfile Cívico também é tradição nesta data, em conjunto com a participação da Banda da Polícia Militar do Distrito Federal, agregando alunos da rede pública e privada da Candangolândia. O evento é finalizado com o “corte de bolo” e a sua distribuição para a comunidade.

As tradições locais definem o território da Candangolândia como um local simbólico, devido a presença dos pioneiros e memória da construção de Brasília na RA. Contudo, o território também está marcado de acordo com o seus usos, e, conseqüentemente, com os locais passíveis de serem considerados patrimônios-territoriais, como a feira, praças, locais comunitários e festividades tradicionais, não se restringindo apenas ao que está oficialmente instituído por órgãos de preservação ou gestão no território.

As diferentes formas de apropriação dos bens culturais colocam em confronto populações locais, gestores e políticas públicas, permitindo destacar diferentes formas de abordagem e uso do patrimônio cultural. As políticas públicas de patrimônio acompanharam a caracterização de uma história da cultura voltada ao tombamento e guarda de bens considerados como valores culturais da nação, representativos da identidade nacional – encobrendo na maioria das vezes, os sentidos dentro dos quais esse patrimônio foi constituído. (CASTRO; MAGALHÃES, 2020, p. 122)

Cabe enfatizar, o patrimônio-territorial “é perpétua resistência local, pois é parte integrante de sujeitos em situação permanente com o espaço; é cultura, matéria, idéia e memória viva individual e coletiva, patrimônio periférico já existente a ser ou não ativado

pela população local” (COSTA, 2017, p. 59). A análise e a identificação desses espaços na Candangolândia apontam também os locais de uso da comunidade representando o território enquanto instância social (por se impor a todos) por meio da comunidade.

Figura 17 - Folder de apresentação das atividades em comemoração dos 62 anos da Candangolândia, DF.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA APRESENTA:

Candanga 62 Anos

Candangolândia completa 62 anos de muita história!

Novembro	Atividade:	Local:
Dia/hora		
03 10h Sábado	Homenagem aos Pioneiros Corte de bolo	Salão Comunitário
04 19h Domingo	Missa em ação de graça	Paróquia São José Operário
18 14h Domingo	Forró na Feira	Feira Permanente
24 18h Sábado	Batizado de Capoeira	Espaço Cultural ASCAJOD
25 09h Domingo	Lazer no Bosque	Parque do Bosque

Atrações:

- ASSOCIAÇÃO DE CA... ASCAJOD
- Zumba Candanga
- Paróquia São José Operário
- Candango Musical

Administração Regional de Candangolândia Secretaria das Cidades GOVERNO DE BRASÍLIA

Fonte: Administração Regional da Candangolândia, novembro de 2019.

O item seguinte faz a síntese cartográfica de tudo que foi dito até aqui, referente ao território da Candangolândia, dos locais analisados considerados patrimônios-territoriais, aos locais de uso e apropriação do capital na cidade, todos vinculados ao histórico da urbanização desta Região Administrativa do Distrito Federal.

3.2 Cartografia do patrimônio-territorial e dos usos do território

Como resultado do estudo, o uso do território foi cartografado e entendido como instância social, enaltecendo também os locais passíveis de ativação popular do patrimônio-territorial na Candangolândia. Por meio dos trabalhos de campo, foram elaborados quatro mapeamentos temáticos (Figuras 18, 19, 20 e 21) que valorizam os espaços habitados e/ou usados pela comunidade, locais patrimoniais, recursos urbanos e também que evidenciam espaços segregados na RA.

O uso do território enquanto espaço socialmente habitado, representa o passado e o presente da Candangolândia por meio da valoração dos eventos culturais e espaços comunitários que são utilizados pela comunidade. Dessa maneira, o território da Candangolândia tem de ser visto como algo que está em processo. (SILVA; QUEIROZ, 2020, p. 262)

O trabalho de campo, enquanto instrumento fundamental para a pesquisa geográfica, conforme Costa e Scarlato (2019) apontam as construções teóricas disciplinares, que podem estar na entrada ou na saída das investigações de campo, sendo preciso delinear o tema da pesquisa para realizar as observações locais dos possíveis fatos e fenômenos.

Em vista disso, cabe recordar que o território da Candangolândia foi analisado nos trabalhos de campo sob a ótica de dois conceitos geográficos (território usado e patrimônio-territorial), para se realizar o que Costa e Scarlato (2019) definem como *racionalização crítica do espaço*, o que é possível através do trabalho de campo, da análise da paisagem produzida ou do território ordenado (COSTA; SCARLATO, 2019).

Para alcançar a análise do estudo e os resultados dos mapeamentos, como procedimento metodológico, foram realizadas sete saídas de campo entre os meses de janeiro e março do ano de 2020. É reconhecido que as teorias conduzem ao campo e vice-versa, de forma que o campo nunca obriga a uma negação teórica total, pelo contrário, exige a elaboração de novas teorias, com base na realidade empírica, na realidade concreta e na teoria previamente testada (COSTA; SCARLATO, 2019). Assim, esse esforço foi tentado nessa monografia.

Os trabalhos de campo no território da Candangolândia foram estruturados em: (i) conhecer a Região Administrativa da Candangolândia; (ii) contato com a Administração Regional; (iii) coleta de dados sobre a área urbana da RA; (iv) coleta de dados sobre a área

econômica; (v) coleta de dados sobre os espaços segregados; (vi) coleta de dados sobre as áreas de lazer; (vii) coleta de dados sobre a área tombada e lugares passíveis de ativação popular do patrimônio-territorial.

Os trabalhos de campo, então, foram divididos em duas etapas, sendo a primeira o campo de aproximação (campos i e ii) e a segunda etapa o aprofundamento do estudo (campos iii, iv, v, vi e vii). O campo de aproximação, inicialmente, é a observação do espaço urbano, analisando a sua dinâmica, bem como identificar quem são, genericamente, os atores ou grupos de poderes sociais que constituem a Região Administrativa de Candangolândia por meio de anotações e registros fotográficos.

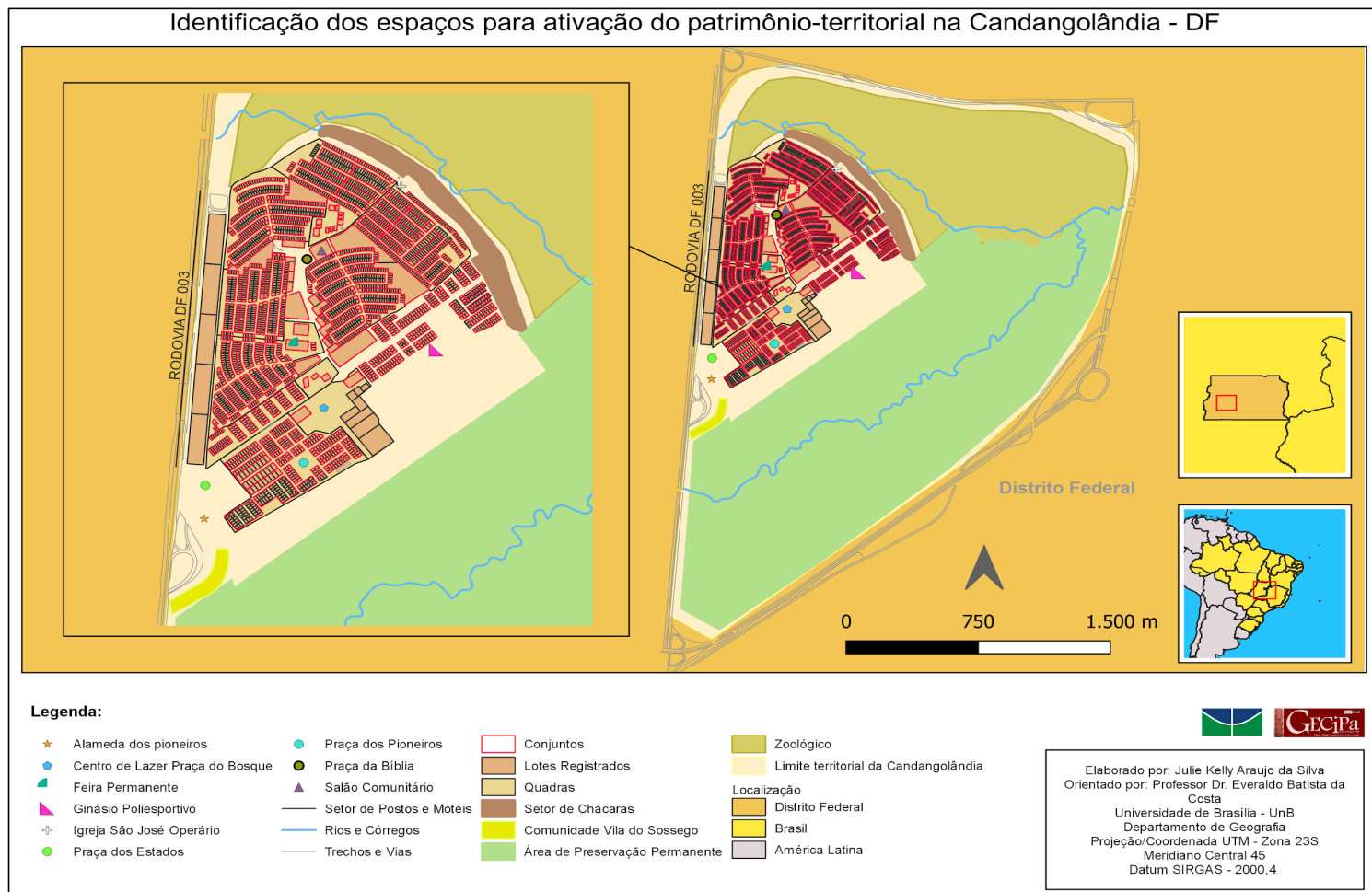
A segunda etapa do campo, consistiu em aprofundar a análise, com saídas de campo voltadas ao espaço vivido, apropriado e a identificação dos locais com potencial para a ativação popular do patrimônio-territorial. No campo de aprofundamento, foram executadas cinco práticas sistematizadas com anotações e registro fotográfico, coleta de informações sobre o uso e a apropriação do território, proporcionadas pelo contato com a comunidade.

A partir de tais informações, de maneira concreta, foi possível identificar quais são as especificidades presentes na Região Administrativa da Candangolândia, enquanto território usado e apropriado pelos sujeitos. O resultado foi operado por meio de softwares de georreferenciamento, como o QGIS e Google Earth, resultando em quatro mapas da RA, em respeito ao que foi apresentado neste estudo.

Em diálogo com o que foi apresentado no item “locais de ativação popular do patrimônio-territorial na Candangolândia” de acordo com Costa (2015, 2016, 2017, 2018, 2020) e valorizando o trabalho de campo e a cartografia na pesquisa geográfica, foi possível analisar e identificar os espaços de uso, lazer e vivências comunitárias tradicionais ao reconhecer a cultura material e imaterial dos sujeitos que vivenciam integralmente a RA.

O primeiro mapeamento (Figura 18), então, identificou os locais passíveis de ativação popular do patrimônio-territorial na Candangolândia. Ao considerar que o patrimônio-territorial se opera em singularidade (o fazer do e no lugar) diante de múltiplas particularidades (econômicas, políticas, regionais e nacionais) as quais conformam relações sociais (COSTA, 2017), foi georreferenciado os espaços de lazer (praças, ginásio e salão comunitário), resistência (feira permanente) e cultura (Igreja São José Operário e alameda dos pioneiros).

Figura 18 - Mapeamento 01.



Fonte: Geoportal. Sistemas de Referência de Coordenadas: SIRGAS - 2000 - Zona 23S.

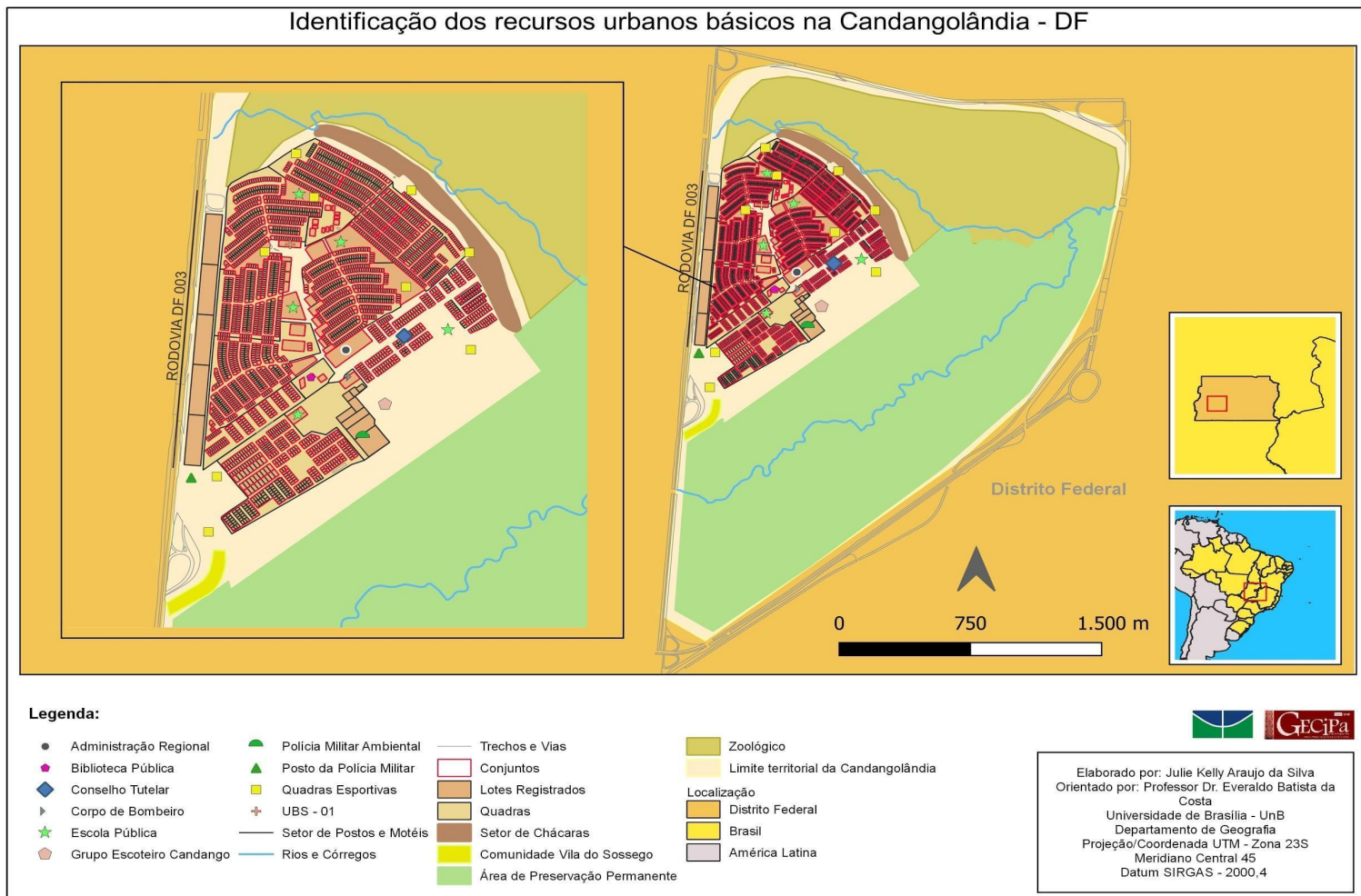
O segundo mapeamento (Figura 19), identificou e georreferenciou os recursos urbanos básicos da Região Administrativa da Candangolândia, como resultado do item “território usado e espaço urbano da Candangolândia” e também de acordo com informações obtidas através da Administração Regional da Candangolândia.

Ao considerar o contexto urbano da RA, suas características e recursos, através da observação (de campo) são oportunidades de legitimar teorias e descobertas de novos fenômenos (COSTA; SCARLATO, 2019). Como apresentado ao longo do estudo, está enaltecida a importância de tais recursos urbanos para uso comunitário na Região Administrativa da Candangolândia, de acordo com o uso do território que “se constitui em uma categoria social de análise. Seu estudo nos permite verificar a forma como a sociedade produz e se organiza pelo uso do território, seus objetos geográficos, hoje cada vez mais tecnicados, a partir das ações realizadas por sujeitos, em função de

seus interesses” (SOUZA, 2019, p. 7

Figura 19 - Mapeamento 02.

Identificação dos recursos urbanos básicos na Candangolândia - DF



Fonte: Geoportal. Sistemas de Referência de Coordenadas: SIRGAS - 2000 - Zona 23S.

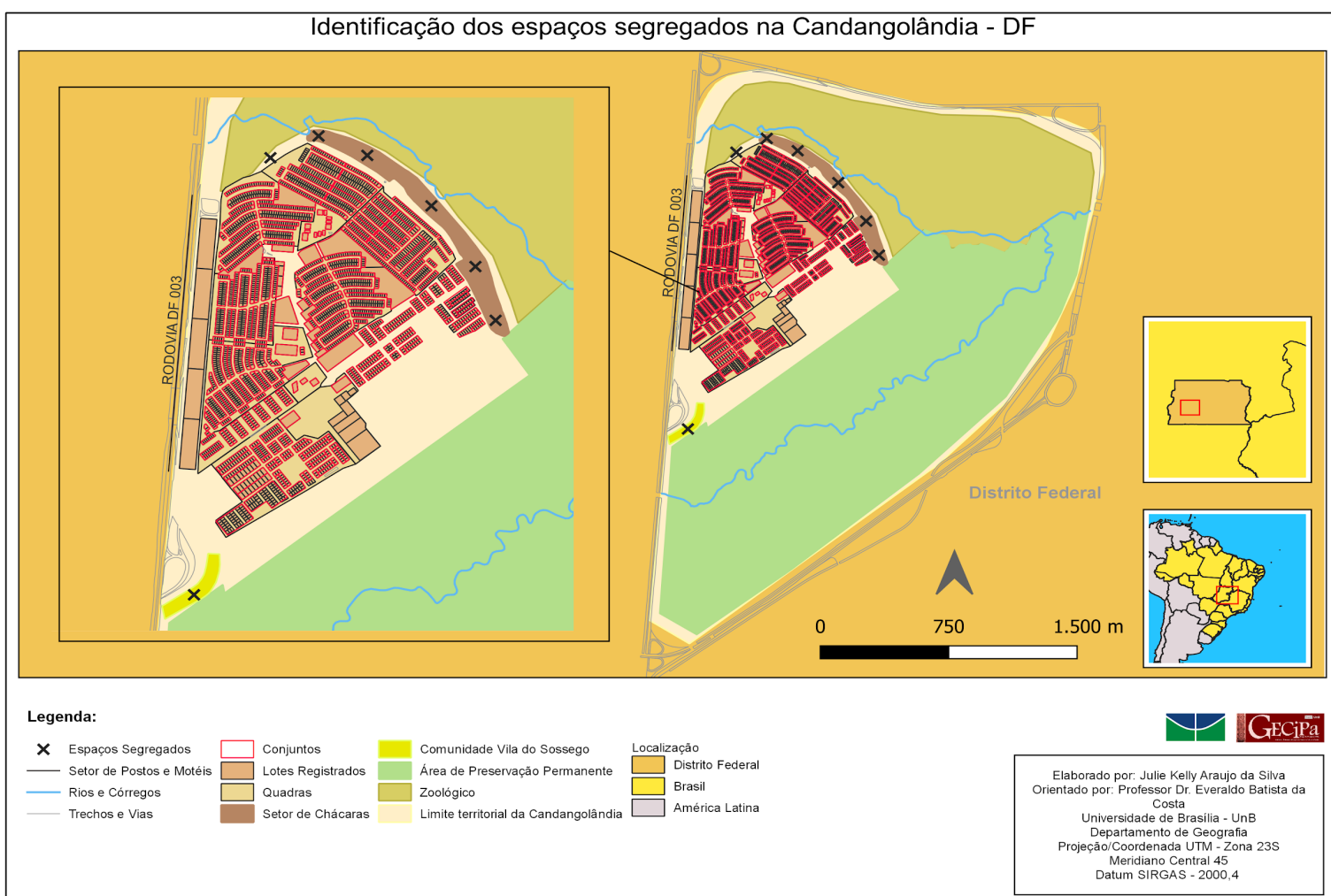
A análise do território da Candangolândia, sob a ótica do conceito de território usado (SANTOS, 1994), evidencia uma Região Administrativa de reduzida extensão espacial urbana, mas com diversas funcionalidades e apropriação no território. O uso do território da RA, também apresenta diversas problemáticas urbanísticas, reflexo do que acontece na maioria das cidades brasileiras com a distribuição desigual de recursos, que ocasionam na escassez de infraestruturas gerando a segregação de determinados locais, com relação aos espaços dos centros e das chamadas periferias.

De acordo com Villaça (2011, p. 37) “segregação é a mais importante manifestação espacial urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade. No caso das metrópoles brasileiras, a segregação urbana tem uma outra característica, condizente com nossa

desigualdade: o enorme desnível que existe entre o espaço urbano dos mais ricos e o dos mais pobres”.

Em vista disso, o terceiro mapeamento (Figura 20), identificou e georreferenciou tais espaços segregados presentes na Candangolândia: a comunidade Vila do Sossego e o Setor de Chácaras. Ao evidenciar a segregação socioespacial, Penna (2003, p. 59) afirma que “o GDF fragmenta uma ampla parcela do espaço, planejando a ocupação racionalmente concebida pelos planos de ordenamento territorial, tentando manter o mercado de terras sob seu domínio; por outro lado ocorre uma fragmentação da cidade, produzindo uma apropriação que se realiza fora dos mecanismos estatais de acesso à terra, à propriedade e à moradia”.

Figura 20 - Mapeamento 03.



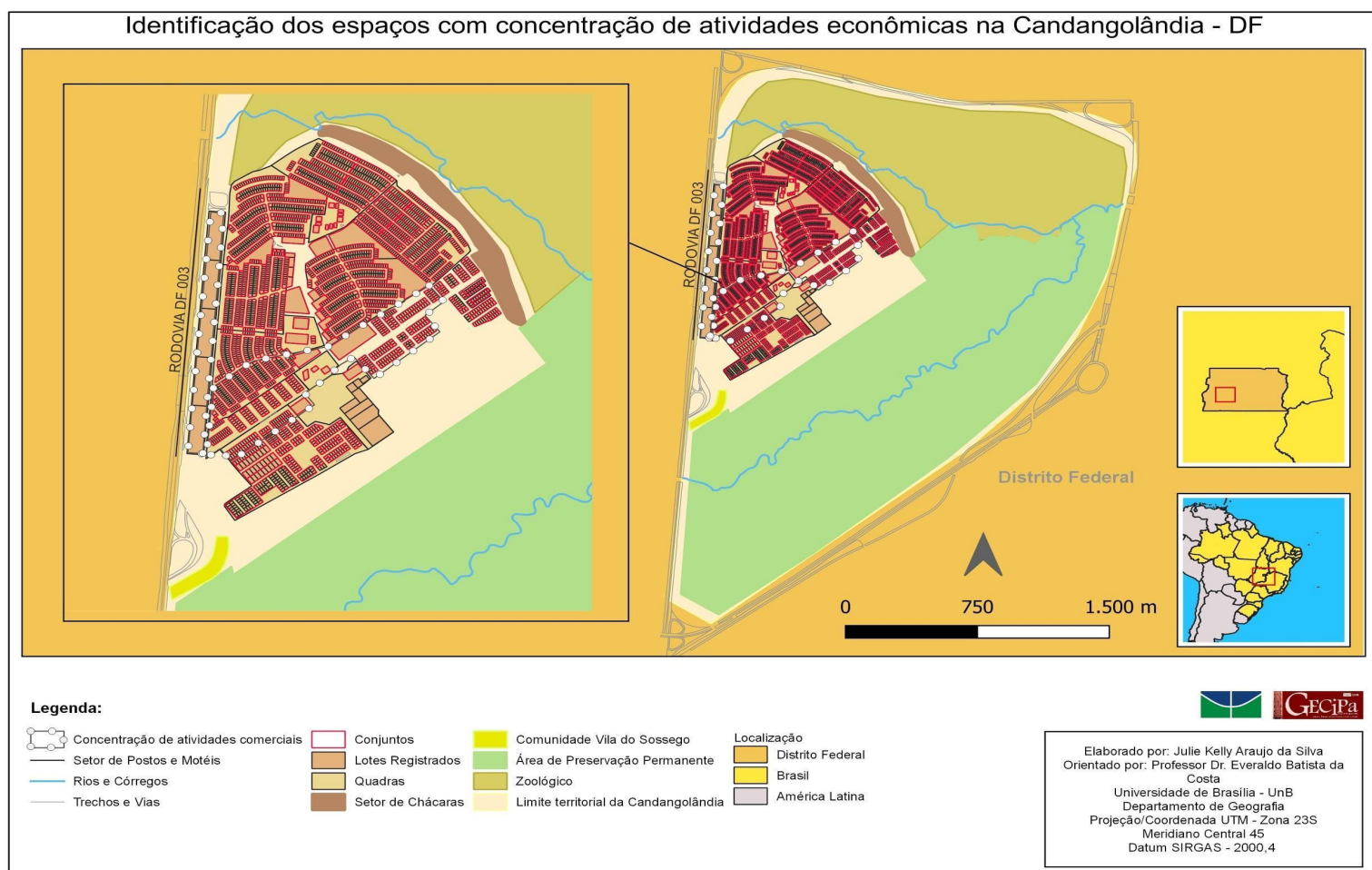
Fonte: Geoportal. Sistemas de Referência de Coordenadas: SIRGAS - 2000 - Zona 23S.

De acordo com a análise do “território usado e os circuitos da economia urbana” na Candangolândia, foram identificados e georreferenciados no mapeamento (Figura 21), as

áreas com maior concentração de atividades comerciais na RA: Setor de Postos e Motéis (localizado às margens da Rodovia DF – 003; circuito superior da economia urbana) e a Avenida Central da Candangolândia (Rua dos Transportes; circuito inferior da economia urbana).

O circuito inferior, pode ser definido “pelo seu baixo grau de tecnologia, capital e organização, o circuito inferior, que se desenvolve onde o meio construído está mais degradado, pode oferecer produtos mais simples, essenciais ou supérfluos, criativos ou imitativos a uma população que não tem acesso aos produtos da economia superior” (SILVEIRA, 2009, p. 66-67). O circuito superior, é caracterizado por direcionar investimentos e recursos do Estado para pontos específicos da Candangolândia, negligenciando a economia dos outros espaços da RA, ao possuírem apenas atividades econômicas de baixo impacto para a comunidade local, definido como atividades bancárias e financeiras, comércios, indústrias e serviços modernos, frequentemente orientados para a exportação (SILVEIRA, 2009).

Figura 21 - Mapeamento 04.



Por fim, como resultado da pesquisa, é possível dizer que o território da Candangolândia ao mesmo tempo que está submetido à lógica de ordenamento territorial do Distrito Federal, apresenta singularidades ocasionadas por fatores históricos, sociais, políticos e econômicos próprios de usos eleitos pela população. Dessa forma, os mapeamentos que representaram os usos e funcionalidades do território da Candangolândia, em conjunto com os locais de ativação popular do patrimônio-territorial, nos permite a visualização do território de forma mais ampla, de forma a denotar sua configuração urbana mais atual.

Os usos do território na Candangolândia, então, se concretizam de acordo com as necessidades culturais, sociais, econômicas e políticas da comunidade, enquanto instância social e espaço de todos; foi feito um esforço para apresentar as contradições dos usos do território desta RA, entendendo, em forma de uma aproximação que exige um trabalho monográfico, a relação entre a capital e os sujeitos, com suas respectivas operações sobre o espaço da vida na metrópole.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs, como objetivo geral, analisar o território da Candangolândia, no contexto da construção de Brasília e como pertencente ao Distrito Federal, a partir da compreensão dos seus usos presentes. Considero que, ao longo do estudo, o objetivo geral e os específicos foram alcançados e contemplados neste trabalho de monografia. O estudo, assim, é um esforço monográfico de analisar a totalidade do território da Candangolândia, partindo da compreensão do seu ordenamento.

Para alcançar a análise deste território, o estudo fundamentou-se em dois conceitos geográficos: território usado e patrimônio-territorial. A análise sob a ótica desses conceitos evidencia o ordenamento territorial da Região Administrativa e sua complexidade, ao atrelar o espaço como uma instância social, política e econômica no âmbito do lugar. Afirmando, então, que a dinâmica urbano-territorial que se desenvolveu na RA resulta em especificidades (cartografadas), correspondentemente às formas de usos e apropriações territoriais pelos sujeitos.

Ao identificar e analisar os locais passíveis para ativação do patrimônio-territorial na Candangolândia, é revelado pelo território a importância de alguns sítios como componentes da vida social, cultural e simbólica na RA, devido ao uso e apropriação da comunidade em locais representativos da cultura popular, resistências e vivências coletivas.

Ao longo do estudo, evidencia-se a representação do território da Candangolândia enquanto local histórico e marca da tradição candanga do DF, ao ser locus do trabalhador, devido ao seu pioneirismo em Brasília ou registro da memória candanga, durante os anos da construção da capital. Assim, o território usado e apropriado é expressado de acordo com a história da própria comunidade.

É importante ressaltar que foram adotados sete trabalhos de campo (no limite entre a “normalidade” e o início da pandemia da COVID-19), para atingir os objetivos e a confirmação das hipóteses aqui propostas. Para revisar a teoria geográfica deste estudo, os trabalhos de campo se tornaram um instrumento indispensável, para a leitura mais detida do território da Candangolândia, proporcionando a sistematização de dados, coleta de informações, contato com a comunidade e o reconhecimento do território enquanto espaço vivido e apropriado.

Devido a Pandemia da COVID-19, após o mês de março ocorreram dificuldades em realizar entrevistas semiestruturadas, ocasionando a limitação dos trabalhos de campo nos meses de janeiro, fevereiro e março. Em vista disso, as análises aqui apresentadas apenas

identificam e georreferenciam a totalidade do território da Candangolândia enquanto usado e apropriado, bem como os locais passíveis para a ativação popular do patrimônio-territorial.

Ao realizar uma análise crítica do território, ainda é preciso aprofundamento nas questões aqui apresentadas, tendo em vista que se trata de um trabalho de monografia que realizou a dialética existente entre os usos do território (dimensão particular do espaço geográfico) e o patrimônio-territorial (singularidade do espaço geográfico), ao enaltecer os sujeitos locais como (re)produtores do território e das territorialidades.

Desse modo, é preciso maior compreensão em relação aos espaços segregados do território da Candangolândia, que envolvem temas como o direito à cidade, bem como maior dedicação nas análises dos circuitos espaciais da economia e o uso econômico da RA (como propõe M. Santos), ao considerar a hierarquia econômica existente no Distrito Federal, devido o capital financeiro ser destinado para determinadas Regiões Administrativas e privilegiá-las.

Como sugestão para estudos futuros, a ativação do patrimônio-territorial na Candangolândia pode ocorrer efetivamente em conjunto com a comunidade, através das universidades ou instituições que desejarem analisar e conhecer esta RA histórica do DF, através dos sujeitos locais e suas vivências comunitárias.

Por fim, vale dialogar com E. Costa, ao dizer que o utopismo do patrimônio-territorial convida a inúmeras estratégias, que podem ter nos movimentos sociais, nas associações de bairro, na cooperação de acadêmicos, de intelectuais e de artistas, suporte para promover os lugares a serem transformados; para o autor, esse utopismo reconhece a força das teorias endógenas e o potencial de transformação a partir da realidade empírica.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. A abordagem da segregação socioespacial no ensino básico de geografia. In: VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R.; PINTAUDI, S. (ed.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p 189-201.

BEZERRA, A. Análise espacial dos fatores associados à realização de cesariana no Distrito Federal em 2009. **Espaço & Geografia**, v. 18, n. 2, p. 329-346, 2015. Disponível em: <www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/442/235>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRAMANTE, A. A formulação de uma política setorial de lazer: avaliação contextual do Distrito Federal. **Conexões**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 121-145, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8638035>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Decreto-lei n. 19040, de 18 de Fevereiro de 1998. Proibição da utilização da expressão “satélite”: Governo do Distrito Federal, Brasília.

BRASIL. Decreto-lei n. 4545, de 10 de dezembro de 1964. Oficialização das Regiões Administrativas: Governo do Distrito Federal, Brasília.

BRASIL. Decreto-lei n. 658, de 27 de janeiro de 1994. Oficialização da XIX Região Administrativa do DF: Governo do Distrito Federal, Brasília.

BRASIL. Decreto n. 19.960, de 29 de dezembro de 1998. Tombamento da Igreja São José Operário: Governo do Distrito Federal, Brasília.

BRASIL. Lei Distrital n. 3525, de 03 de janeiro de 2005. Oficialização da Praça dos Estados: Governo do Distrito Federal, Brasília.

BOSCARIOL, R. Financeirização, circuitos da economia urbana e produção do espaço urbano no Brasil. **PatryTer**, v. 3, n. 6, p. 234-250, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/32309>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

CASTRO, B.; MAGALHÃES, B. Lugares de memória - narrativas, itinerário e patrimônio cultural. **PatryTer**, v. 3, n. 6, p. 121-134, 2020. Disponível em: <
<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26234>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

COSTA, E. **Cidades da Patrimonialização Global: simultaneidade totalidade urbana - totalidade - mundo**. São Paulo: Humanitas, 2015. 480p.

COSTA, E. Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina [conceptos y praxis decolonial en el continuum de crisis]. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 62, n. 1, 2020. No prelo.

COSTA, E. Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. **Investigaciones Geográficas**, México, v. 31, n. 96, p. 1-26, 2018. Disponível em:<
<http://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/rig/article/view/59593>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

COSTA, E. Geografia urbana aplicada: possibilidades, utopias e metodologias. In: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 12. **Anais...** Belo Horizonte, 2011. p. 1-16.

COSTA, E. Utopismos patrimoniais pela América Latina resistências a colonialidade do poder. **XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: las utopías y la construcción de la sociedad del futuro**. Barcelona: Universidad de Barcelona. p. 1-32, 2016. Disponível em: <
http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

COSTA, E. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografia: Revista Colombiana de Geografia**, v. 26, n. 2, p. 53-75, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225>. Acesso em: 10 out. 2020.

COSTA, E.; PELUSO, M. Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil. **Anais do XIII Simpósio de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro, 2013, p. 1-28. Disponível em: <

<https://docplayer.com.br/1878361-Territorios-da-memoria-candanga-na-construcao-da-capital-do-brasil-1956-1971.html>> . Acesso em: 15 mai. 2020.

COSTA, E.; SCARLATO, F. Geografia, método e singularidades revisadas no empírico. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 640-661, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/161552>> . Acesso em: 11 nov. 2020.

COSTA, E.; STEINKE, V. A. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. **Scripta Nova**. Barcelona, v. 44, n. 493, p. 1-27, 2014. Disponível em: <<https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15033/18385>> . Acesso em: 05 Ago. 2020.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 out. 2020.

FERREIRA, I. Gestão do território e novas territorialidades. In: Paviani, A. (org.). **Brasília – Gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora UnB, 1999. p. 135-143.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2008. 200p.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial Urbano do Distrito Federal – PDOT**. Brasília: Seduh, 2009. Disponível em: <<http://www.seduh.df.gov.br/plano-diretor-de-ordenamento-territorial>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. **Plano Diretor Local – PDL**. Brasília: Seduh, 1998. Disponível em: <<http://www.seduh.df.gov.br/planos-diretores-locais-pdls>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Distrito Federal. **Competências da SEMA**. Brasília: SEMA, 2020. Disponível em: <<http://www.sema.df.gov.br/competencias-da-sema/>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Companhia de planejamento do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - 2018**. Brasília: Codeplan, 2018. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

HARVEY, D. Do administrativo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, D. (ed.). **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 163-191.

HAESBAERT, R. Ordenamento territorial. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 26, n. 1, p. 117-124, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/3572>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

HOLSTON, J. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 368p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE . **Documentação do Censo 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhes>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Documentação do Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília**. IPHAN: Brasília, DF:/15ª Superintendência Regional, 2007. 75p.

LARAIA, R. Candangos e Pioneiros. **Série antropológica 203**. Brasília: Departamento de Antropologia UnB, 1996, p. 1-5. Disponível em: <<http://dan.unb.br/component/search/?searchword=Laraia&searchphrase=all&Itemid>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

LIMA, I. Da representação do poder ao poder da representação: uma perspectiva geográfica. In: Santos, M.; BECKER, B. (ed.). **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 109-124.

MELLO, N. Políticas públicas e consumo do meio ambiente urbano. In: PAVIANI, A.; GOUVÊA, L. **Brasília: controvérsias ambientais**. Coleção Brasília. Brasília: Editora UnB, 2003. p. 217-240.

OLIVEIRA, W. Urbanização do território como uma convergência de interesses no Distrito Federal, Brasil. **PatryTer**, v. 3, n. 5, p. 42-57, 2020. Disponível em: <
<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/25550>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

PAVIANI, A. Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 11, 12 e 13, p 63-76, 2003. Disponível em: <
<http://www.laget.eco.br/pdf/brasilgia.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2020.

PAVIANI, A. Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. **Revista Espaço e Geografia**. v. 10, n. 1, p. 1-22, 2007. Disponível em:<<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/61/60>>. Acesso em: 26 out. 2019.

PAVIANI, A. Ambiente urbano com desemprego. In: PAVIANI, A.; GOUVÊA, L. **Brasília: controvérsias ambientais**. Coleção Brasília. Brasília: Editora UnB, 2003. p. 29-56.

PENNA, N. Fragmentação do ambiente urbano: crises e contradições. In: PAVIANI, A.; GOUVÊA, L. **Brasília: controvérsias ambientais**. Coleção Brasília. Brasília: Editora UnB, 2003. p. 57-74.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. (ed.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Anpur/Hucitec, 1994, p. 15-20.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único a uma consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. **O Brasil**: Território e Sociedade no início do século XXI. ed. 17. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. 471p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 94p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 392p.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. 5º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. 174p.

SILVA, J.; QUEIROZ, P. Território usado, patrimônio-territorial e urbanização do Distrito Federal, Brasil - Candangolândia. **PatryTer**, v. 3, n. 6, p. 251-265, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/32290>>. Acesso em 12 nov. 2020.

SILVEIRA, M. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792009000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 12 nov. 2020.

SOUZA, A. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **PatryTer**, v. 2, n. 4, p. 1-17, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26485>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

VESENTINI, J. **A capital geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1986. 240p.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano: esse desconhecido. In: VILLAÇA, F. (ed.). **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. p. 17-48.

VILLAÇA, F. São Paulo: Segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100004>. Acesso em 15 nov. 2020.